





Fecomércio - 10/08/2020

Índice

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio e dependentes 9

Notícias - 07/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

CDL Natal espera bom movimento do comércio para o Dia dos Pais 11

Notícias - 07/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Comércio espera boa movimentação na compra dos presentes para o Dia dos Pais 14

Notícias - 07/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio e dependentes 17

Notícias - 07/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio 19

Notícias - 07/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Inflação oficial fica em 0,36% em julho, diz IBGE 21

Notícias - 07/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Prefeitura estuda shows virtuais para o Natal em Natal e Réveillon 22

Notícias - 09/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Presidente do Sistema Fecomércio RN acompanha doações do Mesa Brasil Sesc 24

Notícias - 07/08/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Presidente do Sistema Fecomércio RN acompanha doações do Mesa Brasil Sesc 25

Notícias - 08/08/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

PRESIDENTE DO SISTEMA FECOMÉRCIO RN ACOMPANHA DOAÇÕES DO MESA BRASIL SESC 26

Noticias - 08/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Varejo tem perda acumulada de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia 27

Notícias - 08/08/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Padrão de vida do brasileiro deve ter queda recorde 29

Noticias - 09/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Maia deve engavetar projeto que limita juros de cartão de crédito e cheque especial 31

Notícias - 07/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

'Limite de juros será engavetado' 33

Noticias - 08/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Maia deve engavetar projeto que limita juros de cartão de crédito e cheque especial e cobra solução dos bancos 35

Notícias - 07/08/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado aprova limitação da taxa de juros do cartão de crédito 37

Notícias - 06/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com alta de 0,36%, inflação de julho é a maior para o mês desde 2016

Notícias - 07/08/2020

38

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes abre o jogo: é só para tirar do trabalhador

Notícias - 07/08/2020

40

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar supera R\$5,40 e fecha no maior valor desde junho

Notícias - 07/08/2020

41

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar supera R\$5,40 e fecha no maior valor desde junho

Notícias - 07/08/2020

42

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitos querem flexibilizar pagamento mínimo da educação em 2020

Notícias - 07/08/2020

43

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro edita MP para Caixa vender área de seguros e 'setores não estratégicos'

Notícias - 07/08/2020

45

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governadores apoiam a reforma, diz Rodrigo Maia

Notícias - 08/08/2020

46

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Comissão debaterá com representante dos secretários

Notícias - 08/08/2020

48

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dinheiro vivo

Notícias - 08/08/2020

50

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auxílio: uma benção para os brasileiros

Notícias - 08/08/2020

52

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Maia pode engavetar projeto que limita juros de cartão e cheque especial

Notícias - 07/08/2020

54

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Empreendedores de cinco cidades do RN recebem apoio do Microcrédito da AGN

Notícias - 07/08/2020

56

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BOAS-VINDAS AO REI

Notícias - 08/08/2020

58

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

[ARTIGO] Nome limpo ajuda brasileiro a respirar nessa pandemia

Notícias - 08/08/2020

60

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Produção reage, mas montadoras demitem 1,5 mil

Notícias - 08/08/2020

62

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo Fátima Chega Junto para doar cestas na campanha

Notícias - 09/08/2020

64

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros'', diz Prates sobre a Petrobras

Notícias - 08/08/2020

68

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Renda para todos

71

Noticias - 09/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Exportações do RN recuam 37,6% no primeiro semestre

74

Noticias - 09/08/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros'', diz Prates sobre a Petrobras

76

Notícias - 08/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Aguinaldo Ribeiro: Rejeito aumento de imposto. Venha com o nome que vier

79

Noticias - 09/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

A nova direita

85

Noticias - 09/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março

87

Notícias - 09/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Conta da pandemia chega a R\$ 700 bilhões

88

Noticias - 09/08/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

"Retomada da economia passa essencialmente por ações de Governo'', diz ex-reitor da Ufersa

92

Notícias - 09/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

"Retomada da economia passa essencialmente por ações de Governo'', diz ex-reitor da Ufersa

94

Noticias - 09/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

"Retomada da economia passa por ações de Governo", diz ex-reitor da Ufersa	96
Notícias - 09/08/2020	
Blog do Robson Freitas Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março	98
Notícias - 09/08/2020	
Pádua Campos Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março	99
Notícias - 09/08/2020	
Blog do BG Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Brasil gasta com folha de pagamento de servidores 3,5 vezes mais do que com saúde	100
Notícias - 09/08/2020	
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Governo e Congresso negociam três propostas	103
Notícias - 09/08/2020	
Versátil News Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /	
Fecomércio: Senac RN inicia retorno gradual das aulas presenciais nas unidades de Natal	105
Notícias - 07/08/2020	
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Matheus Feitosa, da AEBA: "Temos prejuízo de R\$ 100 milhões"	107
Notícias - 09/08/2020	
Hilneth Correia Rio Grande do Norte	
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /	
SENAC RN INICIA RETORNO GRADUAL DAS AULAS PRESENCIAS NAS UNIDADES DE NATAL	110
Notícias - 07/08/2020	

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio e dependentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O acesso a uma graduação ou pós-graduação de ensino superior é para muitas pessoas a realização de um sonho, que a partir do dia 10 de agosto será facilitado com descontos nas mensalidades, por meio de uma parceria entre a Universidade Potiguar (UnP), integrante da rede

Laureate, e o **Sesc RN**, entidade do Sistema Fecomércio. Os descontos variam entre 50% e 80%, válidos para cursos de graduação presencial, semipresencial e pós-graduação Lato Sensu

O acesso se dará por processo seletivo online e com base nos critérios estabelecidos em edital disponível no site (www.sescrn.com.br). A parceria oferece o desconto aos trabalhadores do comércio, seus dependentes e portadores do cartão de associado do **Sesc RN**, inscritos no Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2. Para ter direito, o candidato não pode ter vínculo ativo ou cancelado nos últimos quatro semestres letivos ou, ainda, nesse mesmo período, não esteja com sua vaga amparada por trancamento de matrícula, em curso de graduação da UnP. Além disso, é preciso comprovar renda de até 03 salários mínimos de renda familiar, sem ultrapassar 01 salário mínimo per capita.

Para efetivação de matrícula nos cursos de graduação, o candidato aprovado deverá apresentar seu resultado do Enem de 2010 a 2019 com pontuação mínima de 200 pontos na redação e não ter zerado nenhuma das notas do concurso. Caso candidato não tenha nenhum dos resultados do Enem de 2010 a 2019, deverá realizar o Vestibular Digital, disponível em <https://jornada.unp.br/> ou apresentar diploma de graduação.

Ao todo, serão disponibilizadas 517 vagas, sendo 395 para Natal e 122 restantes para Mossoró. O período de inscrição vai de 10 a 20 de agosto de 2020, no site do **Sesc RN** (www.sescrn.com.br). O resultado do processo

seletivo está previsto para o final deste mês e as matrículas na UnP devem ser realizadas até 10 de setembro de 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

CDL Natal espera bom movimento do comércio para o Dia dos Pais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

'A gente espera que esse dias dos pais seja muito bom, pois os consumidores terão várias alternativas para comprar. Neste período de quarentena as lojas se adaptaram à nova realidade e potencializaram o serviço de vendas online, assim como se adequaram para reabrir as lojas seguindo os protocolos sanitários de combate à pandemia', disse José Lucena.

Diante dessa situação e da expectativa, o presidente da CDL disse discordar da recente pesquisa divulgada pela Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio), divulgada nesta semana, onde aponta que apenas 42,3% dos natalenses estão predispostos a comprar presentes no dia dos

pais deste ano. O resultado, de acordo com a Fecomércio, apresenta um recuo de 12,7 pontos percentuais em relação à intenção de consumo registrada no mesmo período de 2019. 'Eu vi a pesquisa, mas não concordo. Realizamos uma que mostra um cenário muito mais otimista', revelou.

Embora os efeitos da crise causada pela Covid-19 ainda estejam impactando negativamente na renda da população 58% dos brasileiros pretendem presentear no Dia dos Pais este ano, o que significa que 91,2 milhões de consumidores devem ir às compras. É o que aponta pesquisa realizada pela CNDL (Confederação Nacional de dirigentes Lojistas) em parceria com a Offer Wise.

Apesar de representar uma queda de 9 p.p. nas intensões de compra em comparação ao ano passado, a data deve movimentar R\$ 17,9 bilhões na economia. A pesquisa revela também que o consumidor brasileiro está cauteloso na hora de ir às compras. A maioria dos entrevistados garante que espera gastar o mesmo valor que o último ano com os presentes (37%), enquanto o percentual daqueles que esperam gastar mais passou de 26% na pesquisa de 2019 para 18% na pesquisa deste ano, uma queda de 8 pontos percentuais.

Por outro lado, a fatia dos que pretendem gastar menos saltou de 21% para 34%. Os motivos mais citados para a redução dos gastos são o fato de querer economizar (45%), estar com o orçamento apertado (39%), as incertezas com relação ao cenário econômico (34%) e ter tido redução na renda (30%).

Para o presidente da CDL Natal José Lucena o dia dos pais de 2020 acontece em um momento muito importante para economia com a retomada das atividades comerciais. ' O dia dos pais é a primeira data comercial de 2020 que acontece com o comércio funcionando e com o e-commerce em alta. Então estamos otimistas para os resultados. O comércio está pronto,' afirmou.

Internet será principal local de compra

O fechamento de boa parte do comércio em todo o país, somado à insegurança de grande parte da população em retornar às lojas físicas levaram a um aumento das compras pela internet e também no número de empresas que abriram canais on line de venda e atendimento ao consumidor.

De acordo com a pesquisa, 39% dos consumidores realizará suas compras pela internet, enquanto 24% afirmam que farão em shopping centers e 16% em lojas de departamento. Entre os que pretendem realizar compras pela internet, 79% farão via sites, 58% em aplicativos e 19% no Instagram. 79% pretendem pesquisar preços antes de fazer as compras, seja pela internet (78%) ou em lojas físicas (65%).

Os números da local de compram revelam segundo o presidente da CDL que o comércio vive um momento híbrido, com loja on-line e física trabalhando as ofertas, fato que ele avalia como vantajoso. 'Temos agora opções para todos os tipos de consumidores. Aquele que prefere por segurança comprar online, e aquele que gosta de comprar em loja física, e agora tem a oportunidade de fazer já que o comércio

está aberto. Lembrando que é necessário cumprir os protocolos de segurança, usar máscara, e evitar aglomerações ', comentou ele.

Roupas e perfumes serão os presentes mais procurados. Gasto médio com presentes é de R\$ 196

Os presentes mais procurados por quem vai presentear serão as roupas (48%), os perfumes/cosméticos (33%), calçados (28%) e os acessórios (26%). A maior parte dos entrevistados afirma que pretende fazer as compras na primeira semana de agosto (52%). Por outro lado, 24% pretendiam ir às compras ainda no mês de julho e 8% deixarão para a última hora e comprarão o presente no fim de semana do Dia dos Pais. Em média, os consumidores pretendem gastar R\$ 196 ao todo. 79% pretendem pagar o presente à vista, principalmente no dinheiro (46%) e no cartão de débito (28%).

Quando perguntados sobre quais são os fatores que mais influenciam na escolha do local de compra dos presentes, a maior parte dos consumidores (47%) menciona o preço como fator determinante, seguido das promoções e descontos (37%), da qualidade dos produtos oferecidos (35%) e do frete grátis (28%).

'Diante da crise que vivemos, o consumidor está cauteloso para consumir e é importante o lojista oferecer opções de menor custo e conveniência para presentear nas datas comemorativas. O momento é de se adaptar, estar disponível em diversos canais de atendimento, oferecer entregas e alternativas que tornem a compra mais conveniente e

segura para o consumidor', José César da Costa.

Metodologia

Público alvo: Consumidores das 27 capitais brasileiras, homens e mulheres, com idade igual ou maior a 18 anos, de todas as classes econômicas (excluindo analfabetos) e que pretendem realizar compras para o Dia dos Pais deste ano.

Método de coleta: pesquisa realizada pela web e pós-ponderada por sexo, idade, estado, renda e escolaridade.

Tamanho amostral da Pesquisa: 1.006 casos em um primeiro levantamento para identificar o percentual de pessoas com intenção de comprar presentes para o Dia dos Pais. Em seguida, continuaram a responder o questionário 610 casos, somente com os que tinham a intenção de compra. Resultando, respectivamente, em margem de erro no geral de 3,1 p. p. e 4,0 p. p. para um intervalo de confiança a 95%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Comércio espera boa movimentação na compra dos presentes para o Dia dos Pais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

'A gente espera que esse dias dos pais seja muito bom, pois os consumidores terão várias alternativas para comprar. Neste período de quarentena as lojas se adaptaram à nova realidade e potencializaram o serviço de vendas online, assim como se adequaram para reabrir as lojas seguindo os protocolos sanitários de combate à pandemia', disse José Lucena.

Diante dessa situação e da expectativa, o presidente da CDL disse discordar da recente pesquisa divulgada pela Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio), divulgada nesta semana, onde aponta que apenas 42,3% dos natalenses estão predispostos a comprar presentes no dia dos

pais deste ano. O resultado, de acordo com a Fecomércio, apresenta um recuo de 12,7 pontos percentuais em relação à intenção de consumo registrada no mesmo período de 2019.'Eu vi a pesquisa, mas não concordo. Realizamos uma que mostra um cenário muito mais otimista', revelou.

Embora os efeitos da crise causada pela Covid-19 ainda estejam impactando negativamente na renda da população 58% dos brasileiros pretendem presentear no Dia dos Pais este ano, o que significa que 91,2 milhões de consumidores devem ir às compras. É o que aponta pesquisa realizada pela CNDL (Confederação Nacional de dirigentes Lojistas) em parceria com a Offer Wise.

Apesar de representar uma queda de 9 p.p. nas intensões de compra em comparação ao ano passado, a data deve movimentar R\$ 17,9 bilhões na economia. A pesquisa revela também que o consumidor brasileiro está cauteloso na hora de ir às compras. A maioria dos entrevistados garante que espera gastar o mesmo valor que o último ano com os presentes (37%), enquanto o percentual daqueles que esperam gastar mais passou de 26% na pesquisa de 2019 para 18% na pesquisa deste ano, uma queda de 8 pontos percentuais.

Por outro lado, a fatia dos que pretendem gastar menos saltou de 21% para 34%. Os motivos mais citados para a redução dos gastos são o fato de querer economizar (45%), estar com o orçamento apertado (39%), as incertezas com relação ao cenário econômico (34%) e ter tido redução na renda (30%).

Para o presidente da CDL Natal José Lucena o dia dos pais de 2020 acontece em um momento muito importante para economia com a retomada das atividades comerciais. ' O dia dos pais é a primeira data comercial de 2020 que acontece com o comércio funcionando e com o e-commerce em alta. Então estamos otimistas para os resultados. O comércio está pronto,' afirmou.

Internet será principal local de compra

O fechamento de boa parte do comércio em todo o país, somado à insegurança de grande parte da população em retornar às lojas físicas levaram a um aumento das compras pela internet e também no número de empresas que abriram canais on line de venda e atendimento ao consumidor.

De acordo com a pesquisa, 39% dos consumidores realizará suas compras pela internet, enquanto 24% afirmam que farão em shopping centers e 16% em lojas de departamento. Entre os que pretendem realizar compras pela internet, 79% farão via sites, 58% em aplicativos e 19% no Instagram. 79% pretendem pesquisar preços antes de fazer as compras, seja pela internet (78%) ou em lojas físicas (65%).

Os números da local de compram revelam segundo o presidente da CDL que o comércio vive um momento híbrido, com loja on-line e física trabalhando as ofertas, fato que ele avalia como vantajoso. 'Temos agora opções para todos os tipos de consumidores. Aquele que prefere por segurança comprar online, e aquele que gosta de comprar em loja física, e agora tem a oportunidade de fazer já que o comércio

está aberto. Lembrando que é necessário cumprir os protocolos de segurança, usar máscara, e evitar aglomerações ', comentou ele.

Roupas e perfumes serão os presentes mais procurados. Gasto médio com presentes é de R\$ 196

Os presentes mais procurados por quem vai presentear serão as roupas (48%), os perfumes/cosméticos (33%), calçados (28%) e os acessórios (26%). A maior parte dos entrevistados afirma que pretende fazer as compras na primeira semana de agosto (52%). Por outro lado, 24% pretendiam ir às compras ainda no mês de julho e 8% deixarão para a última hora e comprarão o presente no fim de semana do Dia dos Pais. Em média, os consumidores pretendem gastar R\$ 196 ao todo. 79% pretendem pagar o presente à vista, principalmente no dinheiro (46%) e no cartão de débito (28%).

Quando perguntados sobre quais são os fatores que mais influenciam na escolha do local de compra dos presentes, a maior parte dos consumidores (47%) menciona o preço como fator determinante, seguido das promoções e descontos (37%), da qualidade dos produtos oferecidos (35%) e do frete grátis (28%).

'Diante da crise que vivemos, o consumidor está cauteloso para consumir e é importante o lojista oferecer opções de menor custo e conveniência para presentear nas datas comemorativas. O momento é de se adaptar, estar disponível em diversos canais de atendimento, oferecer entregas e alternativas que tornem a compra mais conveniente e

segura para o consumidor', José César da Costa.

Metodologia

Público alvo: Consumidores das 27 capitais brasileiras, homens e mulheres, com idade igual ou maior a 18 anos, de todas as classes econômicas (excluindo analfabetos) e que pretendem realizar compras para o Dia dos Pais deste ano.

Método de coleta: pesquisa realizada pela web e pós-ponderada por sexo, idade, estado, renda e escolaridade.

Tamanho amostral da Pesquisa: 1.006 casos em um primeiro levantamento para identificar o percentual de pessoas com intenção de comprar presentes para o Dia dos Pais. Em seguida, continuaram a responder o questionário 610 casos, somente com os que tinham a intenção de compra. Resultando, respectivamente, em margem de erro no geral de 3,1 p. p. e 4,0 p. p. para um intervalo de confiança a 95%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio e dependentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Divulgação

Interessados devem procurar o site do Sesc para ter acesso ao edital, que oferece 517

vagas, e fazer a inscrição entre os dias 10 e 20 de agosto de 2020

O acesso a uma graduação ou pós-graduação de ensino superior é para muitas pessoas a realização de um sonho, que a partir do dia 10 de agosto será facilitado com descontos nas mensalidades, por meio de uma parceria entre a Universidade Potiguar (UnP), integrante da rede Laureate, e o **Sesc RN**, entidade do Sistema Fecomércio. Os descontos variam entre 50% e 80%, válidos para cursos de graduação presencial, semipresencial e pós-graduação Lato Sensu

O acesso se dará por processo seletivo online e com base nos critérios estabelecidos em edital disponível no site (www.sescrn.com.br). A parceria oferece o desconto aos trabalhadores do comércio, seus dependentes e portadores do cartão de associado do **Sesc RN**, inscritos no Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2. Para ter direito, o candidato não pode ter vínculo ativo ou cancelado nos últimos quatro semestres letivos ou, ainda, nesse mesmo período, não esteja com sua vaga amparada por trancamento de matrícula, em curso de graduação da UnP. Além disso, é preciso comprovar renda de até 03 salários mínimos de renda familiar, sem ultrapassar 01 salário mínimo per capita.

Para efetivação de matrícula nos cursos de graduação, o candidato aprovado deverá apresentar seu resultado do Enem de 2010 a 2019 com pontuação mínima de 200 pontos na redação e não ter zerado nenhuma das notas do concurso. Caso candidato não tenha nenhum dos resultados do Enem de 2010 a 2019, deverá

realizar o Vestibular Digital, disponível em <https://jornada.unp.br/> ou apresentar diploma de graduação.

Ao todo, serão disponibilizadas 517 vagas, sendo 395 para Natal e 122 restantes para Mossoró. O período de inscrição vai de 10 a 20 de agosto de 2020, no site do **Sesc RN** (www.sescrn.com.br). O resultado do processo seletivo está previsto para o final deste mês e as matrículas na UnP devem ser realizadas até 10 de setembro de 2020.

Serviço:

O que? Parceria UnP e Sesc - Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2

Quando?

Edital? www.sescrn.com.br

Inscrição: 10 a 20 de agosto de 2020

Resultado: 28 de agosto de 2020

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Parceria entre o Sesc RN e UnP garante bolsas de estudos para trabalhadores do comércio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O acesso a uma graduação ou pós-graduação de ensino superior é para muitas pessoas a realização de um sonho, que a partir do dia 10 de agosto será facilitado com descontos nas mensalidades, por meio de uma parceria entre a Universidade Potiguar (UnP), integrante da rede Laureate, e o Sesc do Rio Grande do Norte, entidade do Sistema Fecomércio. Os descontos variam entre 50% e 80%, válidos para cursos de graduação presencial, semipresencial e pós-graduação Lato Sensu

O acesso se dará por processo seletivo online e com base nos critérios estabelecidos em edital disponível no site (www.sescrn.com.br). A parceria oferece o desconto aos trabalhadores

do comércio, seus dependentes e portadores do cartão de associado do Sesc, inscritos no Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2.

Para ter direito, o candidato não pode ter vínculo ativo ou cancelado nos últimos quatro semestres letivos ou, ainda, nesse mesmo período, não esteja com sua vaga amparada por trancamento de matrícula, em curso de graduação da UnP. Além disso, é preciso comprovar renda de até 03 salários mínimos de renda familiar, sem ultrapassar 01 salário mínimo per capita.

Para efetivação de matrícula nos cursos de graduação, o candidato aprovado deverá apresentar seu resultado do Enem de 2010 a 2019 com pontuação mínima de 200 pontos na redação e não ter zerado nenhuma das notas do concurso. Caso candidato não tenha nenhum dos resultados do Enem de 2010 a 2019,deverá realizar o Vestibular Digital, disponível em <https://jornada.unp.br/> ou apresentar diploma de graduação.

Ao todo, serão disponibilizadas 517 vagas, sendo 395 para Natal e 122 restantes para Mossoró. O período de inscrição vai de 10 a 20 de agosto de 2020, no site do Sesc (www.sescrn.com.br). O resultado do processo seletivo está previsto para o final deste mês e as matrículas na UnP devem ser realizadas até 10 de setembro de 2020.

Serviço:

O que? Parceria UnP e Sesc - Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2

Quando?

Edital? www.sescrn.com.br

Inscrição: 10 a 20 de agosto de 2020

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
SESC RN**

Fecomércio: Inflação oficial fica em 0,36% em julho, diz IBGE



RN - FECOMÉRCIO RN

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,36% em julho deste ano, taxa acima do 0,26% de junho deste ano e do 0,19% de julho do ano passado. Este é o maior índice para um mês de julho desde 2016 (0,52%).

Com o resultado, o IPCA acumula taxas de inflação de 0,46% no ano e de 2,31% em 12 meses, de acordo com dados divulgados hoje (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

Prefeitura estuda shows virtuais para o Natal em Natal e Réveillon



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A chegada das festas de fim de ano é acompanhada, na capital potiguar, de dois dos principais eventos do calendário anual da cidade: o Natal em Natal e o Réveillon, com queima de fogos nas zonas administrativas do município. As duas festas já estão alinhadas por parte do Executivo municipal que não acontecerão nos moldes dos anos anteriores, em virtude das aglomerações e a Prefeitura do Natal analisa eventos de forma remota.

Festas que movimentaram R\$ 101 milhões no RN em 2019, entre elas, o Carnatal, estão incertas, canceladas ou adiadas

De acordo com o secretário de Cultura de Natal, Dácio Galvão, as discussões já estão

acontecendo na pasta e, atualmente, não há previsão de festa com aglomeração em Natal no final do ano. O fato de algumas capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo já terem cancelado o Réveillon, por exemplo, embasam a posição da Secretaria de Cultura.

'A perspectiva é de migrar eventos que aglomeram para possibilidades virtuais. Não tem outra saída. Pensar ao contrário é uma coisa insana, porque estamos vendo que a pandemia está estabelecida. Agora com relação a lives, grandes shows, isso é algo que está em discussão. Porque dinheiro público tem que ser zelado na hora dos investimentos', comenta.

O secretário de cultura se refere ao fato de que, com a aplicação dos recursos, há um retorno financeiro para a cidade. No Natal em Natal do ano passado, por exemplo, foram movimentados R\$ 38,8 milhões na cidade, segundo dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio). A Prefeitura do Natal investiu R\$ 8 milhões.

'Mesmo com essa magnitude de possibilidade de você fazer girar o dinheiro, a gente não sabe se uma live é capaz disso. A gente vê que há vários cenários configurados no Sul Sudeste do país, projetando possibilidades de eventos com matrizes tecnológicas potencializadas e a migração que está tendo agora por conta da pandemia. São cenários certos do ponto de vista de você poder fazer. Agora são cenários incertos se você terá o custo benefício. Não tem o taxista, não tem o hotel cheio, a camareira, o chefe de cozinha, não tem a cadeia produtiva aguçada nesse momento', manifesta Dácio.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Presidente do Sistema Fecomércio RN acompanha doações do Mesa Brasil Sesc



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O presidente do **Sistema Fecomércio RN**, **Marcelo Queiroz**, acompanhou o trabalho do Programa **Mesa Brasil** do Sesc, nesta sexta-feira, 7, quando foram entregues 353 cestas básicas na Associação de Mães Artesãs (Amart), Associação de Deficientes Visuais (Adevirn) e Paróquia Nossa Senhora da Esperança. Esta é a terceira semana que o presidente participa das doações, visitando as instituições beneficiadas e conversando com as pessoas responsáveis pelos projetos sociais.

Entre março e julho de 2020, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Sesc RN**,

viabilizou a entrega de quase 16 mil cestas básicas, a 100 entidades cadastradas, em 15 municípios potiguares. O Programa **Mesa Brasil** é o responsável pela coleta e distribuição, com rotas diárias de segunda a sexta-feira. Neste período de pandemia, mais de 245 mil pessoas já foram beneficiadas com 775 toneladas de itens doados.

'É com muita satisfação que ajudamos estas entidades e acho importante estar presente para acompanhar, conhecer as pessoas e o trabalho desenvolvido. Ao mesmo tempo fiscalizando e prestando conta das doações que recebemos, com o compromisso de levar ajuda para aqueles que mais necessitam', declarou **Marcelo Queiroz**.

O vigário da paróquia de Nossa Senhora da Esperança, em Cidade da Esperança, padre Gentil Pereira revelou que centenas de famílias da comunidade foram afetadas pela pandemia da Covid-19, por isso, decidiu procurar o **Mesa Brasil**. 'São pais de família e mães que perderam seus empregos ou suas rendas. Estas doações serão encaminhadas a quem realmente precisa, pois muitas dessas famílias estavam sem ter como colocar alimento dentro da própria casa', disse

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Presidente do Sistema Fecomércio RN acompanha doações do Mesa Brasil Sesc



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O presidente do **Sistema Fecomércio RN**, **Marcelo Queiroz**, acompanhou o trabalho do Programa **Mesa Brasil** do Sesc, nesta sexta-feira, 7, quando foram entregues 353 cestas básicas na Associação de Mães Artesãs (Amart), Associação de Deficientes Visuais (Adevirn) e Paróquia Nossa Senhora da Esperança. Esta é a terceira semana que o presidente participa das doações, visitando as instituições beneficiadas e conversando com as pessoas responsáveis pelos projetos sociais.

Entre março e julho de 2020, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Sesc RN**,

viabilizou a entrega de quase 16 mil cestas básicas, a 100 entidades cadastradas, em 15 municípios potiguares. O Programa **Mesa Brasil** é o responsável pela coleta e distribuição, com rotas diárias de segunda a sexta-feira. Neste período de pandemia, mais de 245 mil pessoas já foram beneficiadas com 775 toneladas de itens doados.

'É com muita satisfação que ajudamos estas entidades e acho importante estar presente para acompanhar, conhecer as pessoas e o trabalho desenvolvido. Ao mesmo tempo fiscalizando e prestando conta das doações que recebemos, com o compromisso de levar ajuda para aqueles que mais necessitam', declarou **Marcelo Queiroz**.

O vigário da paróquia de Nossa Senhora da Esperança, em Cidade da Esperança, padre Gentil Pereira revelou que centenas de famílias da comunidade foram afetadas pela pandemia da Covid-19, por isso, decidiu procurar o **Mesa Brasil**. 'São pais de família e mães que perderam seus empregos ou suas rendas. Estas doações serão encaminhadas a quem realmente precisa, pois muitas dessas famílias estavam sem ter como colocar alimento dentro da própria casa', disse

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

PRESIDENTE DO SISTEMA FECOMÉRCIO RN ACOMPANHA DOAÇÕES DO MESA BRASIL SESC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O presidente do **Sistema Fecomércio RN**, **Marcelo Queiroz**, acompanhou o trabalho do Programa **Mesa Brasil** do Sesc, nesta sexta-feira, 7, quando foram entregues 353 cestas básicas na Associação de Mães Artesãs (Amart), Associação de Deficientes Visuais (Adevirn) e Paróquia Nossa Senhora da Esperança. Esta é a terceira semana que o presidente participa das doações, visitando as instituições beneficiadas e conversando com as pessoas responsáveis pelos projetos sociais.

Entre março e julho de 2020, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Sesc RN**,

viabilizou a entrega de quase 16 mil cestas básicas, a 100 entidades cadastradas, em 15 municípios potiguares. O Programa **Mesa Brasil** é o responsável pela coleta e distribuição, com rotas diárias de segunda a sexta-feira. Neste período de pandemia, mais de 245 mil pessoas já foram beneficiadas com 775 toneladas de itens doados.

'É com muita satisfação que ajudamos estas entidades e acho importante estar presente para acompanhar, conhecer as pessoas e o trabalho desenvolvido. Ao mesmo tempo fiscalizando e prestando conta das doações que recebemos, com o compromisso de levar ajuda para aqueles que mais necessitam', declarou **Marcelo Queiroz**.

O vigário da paróquia de Nossa Senhora da Esperança, em Cidade da Esperança, padre Gentil Pereira revelou que centenas de famílias da comunidade foram afetadas pela pandemia da Covid-19, por isso, decidiu procurar o **Mesa Brasil**. 'São pais de família e mães que perderam seus empregos ou suas rendas. Estas doações serão encaminhadas a quem realmente precisa, pois muitas dessas famílias estavam sem ter como colocar alimento dentro da própria casa', disse

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Varejo tem perda acumulada de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Kaio Lakaio/VEJA

As medidas de isolamento social para evitar o contágio pelo novo coronavírus afugentaram os clientes do varejo brasileiro. Mesmo com a ampliação da jornada diária de shopping centers e do comércio não essencial no país, as perdas continuam se acumulando. Segundo dados da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo, a **CNC**, o revés da receita do setor entre 15 de março e 25 de julho ocasionou num prejuízo acumulado de 279 bilhões de reais.

Nem as datas comemorativas têm salvo. Depois de um Dia das Mães desolador, com decréscimo de 32% nas vendas, projeta-se uma queda de 15% a 20% para o Dia dos Pais, a ser comemorado no próximo domingo, dia 9 de agosto. 'O varejo deve movimentar menos de 6 bilhões de reais no Dia dos Pais, o que fará com que o país retroceda a um nível similar ao de 2010', diz Paulo Bentes, economista da **CNC**.

O processo de retomada do consumo tem se dado de forma lenta graças às incertezas do mercado de trabalho. Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, mostram que a taxa de desemprego do país subiu para 13,3%, com o fechamento de 8,9 milhões de postos em decorrência da pandemia. Nada que esteja tão ruim, no entanto, que não possa piorar. O término do pagamento do Auxílio Emergencial é visto com muito receio pelo comércio varejista.

Foram esses desembolsos, avaliados entre 600 e 1.200 reais, que seguraram perdas ainda mais acachapantes no setor. O fim desse benefício pode acelerar o processo de deterioração do consumo no país. 'Os programas do governo para proteger os empregos e auxiliar a renda foram bem-sucedidos em reduzir as perdas do varejo, que seriam inevitáveis diante da pandemia', afirma Bentes. 'Mas a pergunta que fica é até onde irá o Auxílio Emergencial? Será que o Bolsonaro vai prorrogar esse pagamento?', indaga.

A **CNC** revisou de 10,1% para 9,2% a previsão de retração no volume das vendas no varejo ampliado para este ano. No varejo restrito, que

exclui os ramos automotivo e de materiais de construção, a projeção de queda também diminuiu de 8,7% para 6,3%. Tais estimativas foram calculadas com base na melhora dos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE.

Um efeito curioso é que a pandemia tornou os shopping centers, canal de vendas do varejo físico que mais cresceu nos últimos anos, um local inóspito para clientes mais receosos. 'Essa crise é tão doida que inverteu uma tendência de o shopping center crescer mais que o varejo de rua. Estamos observando justamente o oposto', diz Bentes.

Líder de vendas no Dia dos Pais, o segmento de vestuário deve ser preterido em 2020. Bentes estima que essa categoria registre uma perda superior a 30% na data comemorativa deste ano. Por conta da possibilidade de contágio da enfermidade por meio das roupas, estabelecimentos tiveram de adotar medidas de higiene regidas para que os consumidores possam experimentar as peças. 'O vestuário ainda tem muitas restrições em sua operação.

Existe uma aversão do consumidor a frequentar ambientes confinados por causa da pandemia. Isso faz com que este segmento sofra mais do que outros', afirma. 'Nenhum segmento do varejo deve crescer significativamente nesta data. Talvez o varejo essencial consiga ficar próximo à estabilidade', projeta Bentes.

O comércio eletrônico deve se manter como principal meio de compra de presentes para o Dia dos Pais. Dados da Receita Federal mostram que, em junho, o volume de vendas do canal virtual cresceu 70% na comparação

com o mesmo mês do ano anterior. Em maio, a alta já havia sido significativa: 39%, na mesma base comparativa. O número de notas fiscais emitidas em junho demonstrou uma alta de 140% em relação ao ano anterior.

'De fato, há uma aceleração muito forte do e-commerce com a pandemia. A logística, no entanto, ainda é uma barreira para a expansão do e-commerce no Brasil', alerta. Pelo visto, em vez de roupas e presentes de valor abastados, os pais devem ganhar a companhia dos filhos para o almoço de domingo, o que não tem preço.

Veja

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Padrão de vida do brasileiro deve ter queda recorde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A crise causada pelo novo coronavírus deve levar à maior queda do padrão de vida do País desde a década de 1940, quando começa a série histórica. Calculada a partir do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a retração esperada é de 6,7% este ano - e mais da metade dos brasileiros já percebe que está em uma situação pior do que antes da pandemia. Até então, o maior recuo havia sido em 1981.

De crise em crise, o brasileiro vai perdendo o que havia conquistado na década passada. Segundo levantamento da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e

Turismo (**CNC**), de 2011 a 2020, o PIB per capita deve recuar 8,2% ante uma alta de 28% na década anterior, marcada pelo boom de preços dos produtos básicos, como a soja e o petróleo.

Só neste ano, o PIB por habitante deve cair quase o mesmo que a retração vista na crise de 2015 e 2016. Em valores de 2019, o indicador era de R\$ 34,5 mil no ano passado e deve cair para R\$ 32,2 mil este ano. Caso esse cenário se concretize, o padrão de vida voltaria ao nível de 2008.

'Antes da covid-19, o baixo crescimento entre 2017 e 2019 já fazia com que as pessoas achassem que a vida não tinha melhorado', diz Fabio Bentes, economista sênior da **CNC**.

'O País entrou em uma montanha-russa: depois de uma forte ascensão econômica, o que foi conquistado se perdeu. É como pagar a prestação de um carro que foi roubado e que não tinha seguro - você perde o patrimônio e fica com a dívida', afirma Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva.

Por ser uma média, o PIB per capita não mostra como todos os brasileiros devem atravessar a pandemia. Um estudo da ONG Oxfam, por exemplo, apontou que a fortuna de bilionários brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões entre março e julho.

'Quando a classe privilegiada fica mais rica, a perda das camadas baixas é ainda maior. A renda per capita precisa reagir para que a sensação de pobreza da maior parte da

população seja superada', avalia Bentes.

Outro estudo, da Fundação Getulio Vargas (FGV), aponta que o auxílio emergencial de R\$ 600, pago a brasileiros de baixa renda, reduziu a extrema pobreza ao menor nível em 40 anos. Só que o efeito é temporário, já que o programa é de alto custo.

Novo normal

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva a pedido do jornal O Estado de S. Paulo, além de mais da metade (54%) dos brasileiros afirmar que seu padrão de vida piorou, seis em cada dez deles estimam que vai levar mais de um ano para reconquistar o que tinham. Além disso, um terço dos entrevistados que têm plano de saúde, pagam escola particular para os filhos ou empregam um trabalhador doméstico afirma que não conseguirá manter ao menos um desses serviços.

Na pandemia, os planos perderam 283 mil clientes, ficando com 46,8 milhões de usuários, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No caso das escolas, em maio, a inadimplência na capital paulista era de 32,1%, segundo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp). Os pais que tiveram salário reduzido ou ficaram desempregados trocaram os filhos para a rede pública ou para opções mais baratas.

A escola Luminova, em São Paulo, é um exemplo disso. 'Tenho alunos vindos de instituições que cobravam até quatro vezes mais', diz o diretor acadêmico, Luizinho

Magalhães. Em abril e maio, a escola registrou 18 novas matrículas.

Infomoney

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Maia deve engavetar projeto que limita juros de cartão de crédito e cheque especial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), sinalizou que não deve colocar para votar o projeto aprovado pelos senadores que limita em 30% ao ano os **juros** cobrados no cheque especial e no cartão de crédito em operações contratadas até o fim do ano.

Para Maia, uma intervenção do Congresso nesse sentido pode provocar efeito colateral em outras linhas, encarecendo e limitando o crédito para os consumidores. Na visão do presidente da Câmara, os bancos precisam encontrar de maneira rápida "soluções" para produtos tão "nocivos" aos clientes.

"Os bancos têm que criar novos produtos no

lugar do cartão de crédito e do cheque especial. Não dá mais para a sociedade pagar essas taxas de **juros**. Mas as soluções não são de intervenção no **mercado** financeiro. As soluções têm que vir dos próprios bancos, que precisam entender que vão abrir mão de uma receita. Da mesma forma que a sociedade não aceita mais pagar impostos, ela não aceita mais pagar os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito", disse Maia ao Estadão, ressaltando que o projeto é daqueles que "tem cara boa, mas gera muitos problemas".

O projeto foi aprovado na quinta-feira (6) pelos senadores, por 56 votos favoráveis, 14 contrários e uma abstenção. No caso das fintechs (empresas de tecnologia do setor financeiro), o limite de **juros** proposto é de 35% ao ano.

Os senadores ainda aprovaram uma emenda do PT abrindo espaço para o tabelamento permanente dos **juros** em operações de crédito com cartões após o período de calamidade pública, no próximo ano. A medida prevê que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regule o limite de **juros** no cartão, assim como fez com o cheque especial, após o período de calamidade pública. O CMN é formado por dois representantes do Ministério da **Economia** (o ministro e o secretário especial de Fazenda) e o presidente do Banco Central.

A proposta original era de que, até julho de 2021, os bancos cobrariam até 20% ao ano em operações de crédito com cartão e no cheque especial. Posteriormente, para a proposta ter mais apoio entre os parlamentares, o teto

proposto foi ampliado para 30% ao ano no caso dos bancos e a 35% ao ano entre as fintechs.

Ao justificar a proposta, Alvaro Dias defendeu que, durante a crise, o cartão de crédito e o cheque especial seriam utilizados por profissionais liberais e empregados em geral para pagar as contas. Sem renda, eles entrariam no rotativo do cartão, com **juros** que 'superam 300% ao ano, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, com instituições financeiras cobrando até mais de 600%'.

Rotativo tem juro médio de 300% ao ano

De acordo com dados do Banco Central, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito (quando o cliente paga pelo menos a fatura mínima) está em 300% ao ano (cinco de 55 instituições financeiras cobram em julho **juros** superiores a 600% ao ano). No caso do cheque especial, a taxa média foi de 110% ao ano.

Desde janeiro deste ano, o limite para a taxa de **juros** do cheque especial pessoa física fixado pelo Banco Central é de 8% ao mês, o equivalente a cerca de 150% ao ano. Os **juros** são cobrados quando o cliente acessa seu limite de crédito, pré-aprovado pelas instituições financeiras.

O crédito rotativo do cartão de crédito pode ser acionado por quem não pode pagar o valor total da sua fatura na data do vencimento, mas não quer ficar inadimplente. Para usar o crédito rotativo, o consumidor paga qualquer valor entre o mínimo e total da fatura. O restante é automaticamente financiado e lançado no mês seguinte, com **juros**.

As duas linhas estão entre as mais caras, quando comparadas com os **juros** cobrados em outros tipos de empréstimos, como o pessoal ou consignado. Por isso, são classificadas como "emergenciais" e, segundo analistas, só devem ser usadas se for realmente necessário, por um período curto de tempo.

Em meio à pandemia da covid-19, o percentual de famílias com dívidas atingiu em junho o recorde histórico de 67,1%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz concordar com a necessidade de reduzir o custo do crédito. "Mas entende que o tabelamento, ao invés de promover alívio financeiro, pode agravar a crise por distorcer a formação de preços, criar gargalos e gerar insegurança jurídica", diz o presidente da instituição, Isaac Sidney, em nota.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

'Limite de juros será engavetado'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou que não deve colocar para votar o projeto aprovado pelos senadores que limita em 30% ao ano os **juros** cobrados no cheque especial e no cartão de crédito em operações contratadas até o fim do ano. Para Rodrigo Maia, uma intervenção do Congresso nesse sentido pode provocar efeito colateral em outras linhas, encarecendo e limitando o crédito para os consumidores. Na visão do presidente da Câmara, os bancos precisam encontrar de maneira rápida "soluções" para produtos tão "nocivos" aos clientes.

"Os bancos têm que criar novos produtos no lugar do cartão de crédito e do cheque especial. Não dá mais para a sociedade pagar essas

taxas de **juros**. Mas as soluções não são de intervenção no **mercado** financeiro. As soluções têm que vir dos próprios bancos, que precisam entender que vão abrir mão de uma receita. Da mesma forma que a sociedade não aceita mais pagar impostos, ela não aceita mais pagar os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito", disse Maia ao Estadão, ressaltando que o projeto é daqueles que "tem cara boa, mas gera muitos problemas".

O projeto de lei foi aprovado na quinta-feira, 6, pelos senadores por 56 votos favoráveis, 14 contrários e uma abstenção. No caso das fintechs (empresas de tecnologia do setor financeiro), o limite de **juros** proposto é de 35% ao ano.

Os senadores ainda aprovaram uma emenda do PT abrindo espaço para o tabelamento permanente dos **juros** em operações de crédito com cartões após o período de calamidade pública, no próximo ano. A medida prevê que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regule o limite de **juros** no cartão, assim como fez com o cheque especial, após o período de calamidade pública. O CMN é formado por dois representantes do Ministério da **Economia** (o ministro e o secretário especial de Fazenda) e o presidente do Banco Central.

A proposta original era de que, até julho de 2021, os bancos cobrariam até 20% ao ano em operações de crédito com cartão e no cheque especial. Posteriormente, para a proposta ter mais apoio entre os parlamentares, o teto proposto foi ampliado para 30% ao ano no caso dos bancos e a 35% ao ano entre as fintechs.

Ao justificar a proposta, Alvaro Dias defendeu que, durante a crise, o cartão de crédito e o

cheque especial seriam utilizados por profissionais liberais e empregados em geral para pagar as contas. Sem renda, eles entrariam no rotativo do cartão, com **juros** que 'superam 300% ao ano, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, com instituições financeiras cobrando até mais de 600%'.

Rotativo

De acordo com dados do Banco Central, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito (quando o cliente paga pelo menos a fatura mínima) está em 300% ao ano (cinco de 55 instituições financeiras cobram em julho **juros** superiores a 600% ao ano). No caso do cheque especial, a taxa média foi de 110% ao ano.

Desde janeiro deste ano, o limite para a taxa de **juros** do cheque especial pessoa física fixado pelo Banco Central é de 8% ao mês, o equivalente a cerca de 150% ao ano. Os **juros** são cobrados quando o cliente acessa seu limite de crédito, pré-aprovado pelas instituições financeiras.

O crédito rotativo do cartão de crédito pode ser acionado por quem não pode pagar o valor total da sua fatura na data do vencimento, mas não quer ficar inadimplente. Para usar o crédito rotativo, o consumidor paga qualquer valor entre o mínimo e total da fatura. O restante é automaticamente financiado e lançado no mês seguinte, com **juros**.

As duas linhas estão entre as mais caras, quando comparadas com os **juros** cobrados em outros tipos de empréstimos, como o pessoal ou consignado. Por isso, são classificadas como "emergenciais" e, segundo analistas, só devem ser usadas se for realmente necessário, por um período curto de tempo. Em meio à pandemia da covid-19, o

porcentual de famílias com dívidas atingiu em junho o recorde histórico de 67,1%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz concordar com a necessidade de reduzir o custo do crédito. "Mas entende que o tabelamento, ao invés de promover alívio financeiro, pode agravar a crise por distorcer a formação de preços, criar gargalos e gerar insegurança jurídica", diz o presidente da instituição, Isaac Sidney, em nota.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Maia deve engavetar projeto que limita juros de cartão de crédito e cheque especial e cobra solução dos bancos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Michel Jesus/Agência Câmara

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou que não deve colocar para votar o projeto aprovado pelos senadores que limita em 30% ao ano os **juros** cobrados no cheque especial e no cartão de crédito em operações contratadas até o fim do ano.

Para Maia, uma intervenção do Congresso nesse sentido pode provocar efeito colateral em outras linhas, encarecendo e limitando o crédito para os consumidores. Na visão do presidente da Câmara, os bancos precisam encontrar de

maneira rápida 'soluções' para produtos tão 'nocivos' aos clientes.

'Os bancos têm que criar novos produtos no lugar do cartão de crédito e do cheque especial. Não dá mais para a sociedade pagar essas taxas de **juros**. Mas as soluções não são de intervenção no **mercado** financeiro. As soluções têm que vir dos próprios bancos, que precisam entender que vão abrir mão de uma receita. Da mesma forma que a sociedade não aceita mais pagar impostos, ela não aceita mais pagar os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito', disse Maia ao Estadão, ressaltando que o projeto é daqueles que 'tem cara boa, mas gera muitos problemas'.

O projeto foi aprovado na quinta-feira, 6, pelos senadores por 56 votos favoráveis, 14 contrários e uma abstenção. No caso das fintechs (empresas de tecnologia do setor financeiro), o limite de **juros** proposto é de 35% ao ano.

Os senadores ainda aprovaram uma emenda do PT abrindo espaço para o tabelamento permanente dos **juros** em operações de crédito com cartões após o período de calamidade pública, no próximo ano. A medida prevê que o Conselho Monetário Nacional (CMN) regule o limite de **juros** no cartão, assim como fez com o cheque especial, após o período de calamidade pública. O CMN é formado por dois representantes do Ministério da **Economia** (o ministro e o secretário especial de Fazenda) e o presidente do Banco Central.

A proposta original era de que, até julho de 2021, os bancos cobrariam até 20% ao ano em

operações de crédito com cartão e no cheque especial. Posteriormente, para a proposta ter mais apoio entre os parlamentares, o teto proposto foi ampliado para 30% ao ano no caso dos bancos e a 35% ao ano entre as fintechs.

Ao justificar a proposta, Alvaro Dias defendeu que, durante a crise, o cartão de crédito e o cheque especial seriam utilizados por profissionais liberais e empregados em geral para pagar as contas. Sem renda, eles entrariam no rotativo do cartão, com **juros** que 'superam 300% ao ano, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, com instituições financeiras cobrando até mais de 600%'.

De acordo com dados do Banco Central, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito (quando o cliente paga pelo menos a fatura mínima) está em 300% ao ano (cinco de 55 instituições financeiras cobram em julho **juros** superiores a 600% ao ano). No caso do cheque especial, a taxa média foi de 110% ao ano.

Desde janeiro deste ano, o limite para a taxa de **juros** do cheque especial pessoa física fixado pelo Banco Central é de 8% ao mês, o equivalente a cerca de 150% ao ano. Os **juros** são cobrados quando o cliente acessa seu limite de crédito, pré-aprovado pelas instituições financeiras.

O crédito rotativo do cartão de crédito pode ser acionado por quem não pode pagar o valor total da sua fatura na data do vencimento, mas não quer ficar inadimplente. Para usar o crédito rotativo, o consumidor paga qualquer valor entre o mínimo e total da fatura. O restante é automaticamente financiado e lançado no mês seguinte, com **juros**.

As duas linhas estão entre as mais caras, quando comparadas com os **juros** cobrados em outros tipos de empréstimos, como o pessoal ou consignado. Por isso, são classificadas como 'emergenciais' e, segundo analistas, só devem ser usadas se for realmente necessário, por um período curto de tempo.

Em meio à pandemia da covid-19, o percentual de famílias com dívidas atingiu em junho o recorde histórico de 67,1%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz concordar com a necessidade de reduzir o custo do crédito. 'Mas entende que o tabelamento, ao invés de promover alívio financeiro, pode agravar a crise por distorcer a formação de preços, criar gargalos e gerar insegurança jurídica', diz o presidente da instituição, Isaac Sidney, em nota.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Senado aprova limitação da taxa de juros do cartão de crédito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Romário Nicácio

O Senado aprovou nesta quinta-feira (6) o Projeto de Lei (PL) 1.166/2020, que limita as taxas de **juros** de cartão de crédito e cheque especial em até 30% ao ano. A limitação, segundo projeto, valerá até o fim do estado de calamidade pública, em virtude da pandemia do covid-19. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto original, do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), estabelecia teto de 20% ao ano para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e cheque especial. Mas o relator, Lasier Martins (Podemos-RS), apresentou um substitutivo no

seu relatório, fixando em 30%. No caso das fintechs, o limite sobe para 35% ao ano.

'O foco é proteger os detentores de cartões de crédito e de cheque especial, atormentados com **juros** rotativos estratosféricos, que possam se sentir aliviados neste particular, ao menos no período da pandemia. Já chegam as virulências da doença e da crise econômica', afirmou Lasier em seu relatório.

Segundo o senador, países como Portugal, Espanha, Alemanha e Itália já trabalham com limitadores de teto na taxa de **juros**. 'Na América Latina, em que não há limitação, ainda assim as médias de **juros** giram em torno de 40% a 55%, bem abaixo dos valores praticados no Brasil'.

Segundo dados retirados do site do Banco Central, as taxas de **juros** anuais do cartão de crédito rotativo são variadas, chegando até 790%. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, pratica uma taxa de 181,40% ao ano; o Bradesco, de 245,05%; o Itaucard., de 291,11%, e o Banco do Brasil, de 213,43%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Com alta de 0,36%, inflação de julho é a maior para o mês desde 2016



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do País, teve alta de 0,36% em julho, com impacto, principalmente, da gasolina e da energia elétrica, informou nesta sexta-feira (7), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é a maior para um mês de julho desde 2016, quando ficou em 0,52%.

Em junho, o índice teve alta de 0,26% e em julho de 2019, avanço de 0,19%. No acumulado do ano de 2020, a inflação chega a 0,46% e nos últimos 12 meses, a 2,31%.

O resultado de julho e para o acumulado em 12 meses veio igual à medida das estimativas das

instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em julho. O maior impacto vem de grupo transportes, que teve alta de 0,78% e contribuiu com 0,15 ponto porcentual. Entre os itens, a gasolina foi o que colaborou com o maior impacto individual no IPCA do mês, com alta de 3,42%.

'A gasolina continua revertendo o movimento que teve nos meses de abril e maio. Já havia subido em junho e voltou a subir em julho. Além disso, houve uma queda menos intensa das passagens aéreas em comparação com maio e junho', detalha Pedro Kislanov, gerente da pesquisa.

O grupo Habitação teve alta de 0,80% em julho, uma aceleração em relação ao mês anterior (0,04%) e, nele, o item energia elétrica responde pela segunda maior contribuição individual para o IPCA, variando 2,59%.

Entre as quedas de preço, o destaque foi o grupo vestuário, que teve a maior taxa negativa, com queda de 0,52%, no terceiro mês seguido de retração. 'Pode estar relacionado à baixa demanda por conta da pandemia', afirma Kislanov.

Apenas uma de 37 casas consultadas pelo Projeções Broadcast espera que o índice termine o ano acima do piso da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - a meta oficial para 2020 é de inflação de 4,00%, sendo que a margem de tolerância é

de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,50% a 5,50%).

A Sicredi Asset espera desaceleração do IPCA a 0,10% em agosto e taxa de 1,50% em 2020, que equivale a uma variação média de 0,24% por mês a partir de setembro. 'No curto prazo, tem uma pressão de combustíveis e alimentação em domicílio, mas a tendência é que isso se normalize', afirma o economista Ederson Schumanski.

A ASA Investments espera o IPCA em 1,60%, e para 2021, 2,7%, se o Copom fizer novos cortes na taxa básica de **juros**. 'Essa projeção está condicionada à Selic chegando em 1% no primeiro trimestre de 2021, encerrando este ano em 1,25%. Caso isso não aconteça, a inflação de 2021 iria para 2,5% e a média dos núcleos, que projetamos em 2,1% para o ano que vem, iria para baixo de 2%', diz o economista Leonardo França.

Schumanski, da Sicredi Asset, avalia que a inflação não representa entraves ao afrouxamento monetário. Caso a Selic caia a 1,75% no Copom de setembro, o economista espera IPCA de 3,1% no fim de 2021. Com os **juros** em 2,0%, a taxa cairia para 2,9%. 'Entendo que há um risco fiscal e uma recuperação mais forte da atividade, e isso é o que pode conter o ciclo de afrouxamento. Mas, pelo lado da inflação, poderia descer o juro a 1,5% ou 1,25%, sem problemas', diz o economista.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes abre o jogo: é só para tirar do trabalhador



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Em palestra, ontem à tarde, para a Fundación Internacional para la Libertad - um think tank de direita liderado pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa, o Ministro da **Economia** deixou bem claro, para quem quisesse ouvir: a reforma tributária não visa financiar qualquer programa social e que, segundo a agência Reuters, é a 'redução dos encargos trabalhistas está por trás do novo imposto que está sendo estudado pela equipe econômica'.

E o que a mídia não esclarece sobre o título genérico de encargos é o que isto representa: as contribuições para a Previdência, para o

Fundo de Garantia - e ambos reverterão para o trabalhador - as férias, o 13º **salário**, as licenças (saúde e maternidade, na parte paga pelo empregador), vale-transporte e alimentação (dedutíveis no IR empresarial). O que vai para o governo nos encargos é o PIS - que deveria financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial - e o Cofins que bancaria os programas de assistência social.

Portanto, a 'redução dos encargos trabalhistas' é, nada mais, nada menos, uma tanga dos recursos que vão para os programas sociais e de benefícios trabalhistas e que será injetado diretamente na conta das empresas. E a CPMF 'remake' sairá do público em geral - porque negociantes e empresários vão repassá-la aos preços, olímpicamente.

A reforma tributária de Guedes é isso, um saque nos recursos que vão para o trabalho e uma injeção no caixa empresarial, no qual ele a muito custo - e se lamentando - não tem (ainda) o poder de investir sobre o que está fixado na Constituição.

Mas, tal como aconteceu com a CPMF - tantas vezes negada e, agora, na iminência de ser proposta - isso é 'por enquanto'.

Tijolaçonet - Fernando Brito*

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar supera R\$5,40 e fecha no maior valor desde junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em um dia de pessimismo nos mercados internacionais, o dólar teve uma alta significativa e voltou a superar os R\$ 5,40. O dólar comercial encerrou esta sexta-feira (7) vendido a R\$ 5,413, com alta de R\$ 0,07 (+1,3%). Essa foi a maior cotação desde 30 de junho, quando a moeda norte-americana tinha fechado em R\$ 5,44.

A divisa subiu 3,72% na semana e acumula alta de 34,88% em 2020. Somente nos últimos três pregões, o dólar avançou 2,44%.

A turbulência internacional refletiu-se no **mercado** de ações. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou o dia aos

102.776 pontos, com queda de 1,3%. Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, operou em baixa durante quase todo o dia, mas fechou com leve alta de 0,17%.

Dados externos

A criação de vagas de trabalho nos Estados Unidos desacelerou consideravelmente em julho, em meio ao ressurgimento das infecções de covid-19. Isso representa um sinal de que a recuperação econômica da recessão causada pelas medidas de isolamento social está vacilando.

O impasse nas negociações para um novo pacote de estímulos econômicos nos Estados Unidos também afetou o **mercado**. As discussões entre democratas e republicanos seguem empacadas enquanto a maior **economia** do planeta ultrapassava as 160 mil mortes por covid-19.

No Brasil, a redução da taxa Selic (**juros** básicos da **economia**) para 2% ao ano pelo Banco Central e a aprovação, pelo Senado, da limitação de **juros** no cartão e no cheque especial durante a pandemia interferiram nas negociações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar supera R\$5,40 e fecha no maior valor desde junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Num dia de pessimismo nos mercados internacionais, o dólar teve uma alta significativa e voltou a superar os R\$ 5,40. O dólar comercial encerrou esta sexta-feira (7) vendido a R\$ 5,413, com alta de R\$ 0,07 (+1,3%). Essa foi a maior cotação desde 30 de junho, quando a moeda norte-americana tinha fechado em R\$ 5,44.

A divisa subiu 3,72% na semana e acumula alta de 34,88% em 2020. Somente nos últimos três pregões, o dólar avançou 2,44%.

A turbulência internacional refletiu-se no **mercado** de ações. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou o dia aos 102.776 pontos, com queda de 1,3%. Nos

Estados Unidos, o índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, operou em baixa durante quase todo o dia, mas fechou com leve alta de 0,17%.

Dados externos

A criação de vagas de trabalho nos Estados Unidos desacelerou consideravelmente em julho, em meio ao ressurgimento das infecções de covid-19. Isso representa um sinal de que a recuperação econômica da recessão causada pelas medidas de isolamento social está vacilando.

O impasse nas negociações para um novo pacote de estímulos econômicos nos Estados Unidos também afetou o **mercado**. As discussões entre democratas e republicanos seguem empacadas enquanto a maior **economia** do planeta ultrapassava as 160 mil mortes por covid-19.

No Brasil, a redução da taxa Selic (**juros** básicos da **economia**) para 2% ao ano pelo Banco Central e a aprovação, pelo Senado, da limitação de **juros** no cartão e no cheque especial durante a pandemia interferiram nas negociações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitos querem flexibilizar pagamento mínimo da educação em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) apresentou hoje (7) ao ministro da **Economia**, Paulo Guedes, uma pauta de reivindicações que inclui a possibilidade de flexibilização na aplicação do mínimo constitucional em educação em 2020. Pela Constituição Federal, estados e municípios devem investir, no mínimo, 25% das receitas provenientes de impostos e transferências a cada ano no setor. Como a crise econômica decorrente da pandemia de covid-19 derrubou a arrecadação tributária, os gestores municipais alegam dificuldades para cumprir com os pagamentos.

"Defendemos uma legislação, de forma excepcional, considere os gastos em educação tudo aquilo que foi empenhado, e não somente

o que foi pago, como a lei determina", disse o prefeito de Teresina (PI), Firmino Soares, vice-presidente da FNP, em entrevista a jornalistas após a reunião com o ministro. "A gente não quer que os municípios deixem de investir [em educação]. Aquilo que for empenhado em 2020 vai ser cumprido no exercício financeiro dos anos seguintes, incluídos em restos a pagar".

Segundo o prefeito, uma cláusula transitória poderia ser incluída da discussão sobre o novo pacto federativo, em tramitação no Congresso Nacional. A FNP representa as capitais dos estados e as cidades com mais de 80 mil habitantes, cerca de 400 municípios (no universo de 5.570) que concentram 60% da população e 75% da atividade econômica.

Além de prorrogar os pagamentos na área de educação, os prefeitos também querem suspender o pagamento dos precatórios (dívidas determinadas em processos judiciais). "Levantamos a necessidade de debatermos a suspensão de pagamentos de precatórios, que estão empossados nos Tribunais de Justiça, por causa da debilidade financeira das prefeituras. O objetivo é que os municípios médios possam ter novo prazo para cumprir esses precatórios de 2020", argumentou Soares.

No mês passado, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que representa os municípios de pequeno porte, pediu a aprovação de uma linha de crédito para financiar o pagamento de precatórios municipais, com o objetivo de injetar mais de R\$ 40 bilhões na **economia** brasileira, que é o montante estimado de precatórios devidos pelas administrações municipais.

Manutenção do ISS

Durante a reunião com Guedes, os representantes da FNP defenderam que o Imposto sobre Serviços (ISS), que é um tributo municipal, fique de fora da reforma tributária em andamento no Legislativo. No final do mês passado, o governo federal apresentou a primeira parte da proposta da reforma, que prevê a unificação apenas dos impostos federais, dando lugar a uma contribuição única sobre bens e serviços, com alíquota de 12%. Outras duas propostas de emenda constitucional também tramitam no Congresso e preveem justamente a unificação de todos os demais **tributos**, incluindo o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

"Nossa posição é favorável à unificação, mas temos muita dificuldade na unificação do ISS em um único imposto de valor agregado", disse o prefeito de Teresina. Segundo Firmino Soares, o ministro Paulo Guedes demonstrou apoio à manutenção do ISS. "Ele foi muito explícito, disse que apoia a nossa tese de manter o ISS. É um imposto de potencial fantástico no futuro, tendo em vista que os serviços serão mais sofisticados, de maior valor agregado. Seria uma irresponsabilidade dos municípios abrirem mão, ainda mais sabendo que a União não vai compensar os entes federativos por eventuais perdas se houve uma unificação".

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro edita MP para Caixa vender área de seguros e 'setores não estratégicos'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro editou Medida Provisória nesta sexta-feira, 7, para permitir que a Caixa venda a área de cartões e "setores considerados não estratégicos", segundo nota conjunta do Ministério da **Economia** e do banco estatal. O texto é o primeiro passo, de acordo com o governo, para um programa de alienação de ativos e Ofertas Públicas Iniciais (IPOs, na sigla em inglês).

Se aprovada pelo Congresso, a autorização será válida até 31 de dezembro de 2021, prazo em que o governo considera suficiente para a realização das reestruturações.

Segundo o Ministério da **Economia**, o plano de desinvestimento vai fortalecer o patrimônio do

banco estatal, com ganho de especialização e melhora nos resultados.

Em fevereiro deste ano, antes da pandemia, o braço de seguros da Caixa, a Caixa Seguridade, protocolou o pedido de abertura de capital na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), depois de quase três anos em que o banco estatal adiou a oferta alegando condições adversas do **mercado**.

Além da área de seguros, a gestão de Pedro Guimarães pretende abrir o capital da operação de cartões, da Lotéricas, e do setor de gestão de recursos (Caixa Asset Management).

O governo afirma que a reestruturação não afetará a atuação da Caixa no setor bancário (incluindo a participação do banco no **mercado** imobiliário), nem afetará a gestão de programas governamentais, como o Bolsa Família e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). "Ao contrário, permitirá que a Caixa foque seus recursos e esforços nessas atividades", diz a nota.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governadores apoiam a reforma, diz Rodrigo Maia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu a prioridade da reforma tributária para garantir um crescimento sustentável do País. Segundo ele, o atual sistema tributário é o que trava a **economia** brasileira. Ele disse que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que tramita na Câmara, tem apoio entre vários setores e instituições, como a OAB, e ressaltou que governadores e prefeitos apoiam o texto.

Comissão debaterá com representante dos secretários

Rodrigo Maia participou de live promovida pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Ele também

reafirmou a importância da reforma administrativa para reduzir os gastos públicos e melhorar a eficiência dos serviços prestados à população, mas afirmou que esse debate não é mais urgente do que a reforma tributária. Para Maia, é a reforma tributária que vai trazer crescimento para o País ao simplificar e unificar os impostos de bens e serviços.

'A pergunta que fica é: por que depois de uma reforma da previdência, muito mais profunda do que qualquer País fez, o Brasil já projetava, antes da pandemia, um crescimento abaixo dos 2%? Nós fizemos a trabalhista, a terceirização, tiramos os subsídios tributários do BNDES, a Previdência e por que o crescimento que era prometido já tinha uma previsão de um patamar médio sofrível? Respondo: o sistema tributário trava o crescimento do Brasil, não podemos ter um País com tantos problemas e não crescer', afirmou Rodrigo Maia.

Redução das despesas

O presidente defendeu a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição que tramitam no Senado que estabelecem gatilhos fiscais e cobrou, mais uma vez, que o governo encaminhe a reforma administrativa. Ele afirmou que é importante olhar a redução das despesas públicas como o único caminho para solução dos problemas fiscais brasileiros.

Na avaliação de Rodrigo Maia, o Brasil adotou políticas de aumento da carga tributária para financiar o estado brasileiro, mas manteve um estado desigual e com distorções em várias áreas.

'Não podemos olhar o futuro com as falsas soluções do passado, já começamos a ver

pressão para furar o teto, para desrespeitar o teto, concordo com as demandas urgentes, mas que seja usado o nosso orçamento fiscal. Dentro disso, temos que encontrar as soluções dos investimentos, e com uma política fiscal que dê conforto para os que querem investir no Brasil nos próximos anos', disse.

Rodrigo Maia afirmou que o veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao artigo do novo marco legal do saneamento foi correto, mas ressaltou que o governo descumpriu o acordo com os entes federados e o Congresso Nacional. Na avaliação de Maia, é muito difícil que os parlamentares não derrubem o veto.

Bolsonaro vetou 12 pontos da lei. O veto considerado polêmico se deu sobre o artigo que autorizava municípios a renovar, por 30 anos, os contratos em vigor com as companhias de saneamento. A regra beneficiaria até mesmo cidades onde o serviço é prestado hoje sem um contrato formal. Com o veto, os governos locais serão obrigados a realizar licitações para substituir esses contratos.

'O Senado votou o texto da Câmara com o compromisso da sua aprovação. É óbvio que o artigo vai limitar os investimentos, mas mesmo que o veto seja derrubado, o atual modelo (de saneamento básico) fracassou e acho que a única coisa que vai acontecer é que pode atrasar um pouco, porque acho que as empresas estaduais, quando forem ao **mercado** não terão a receptividade que esperam', explicou Maia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Comissão debaterá com representante dos secretários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A comissão mista da Reforma Tributária recebe na quarta-feira (12), em audiência pública por videoconferência, o presidente do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles. Na quarta-feira (5), os parlamentares ouviram o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, e sua equipe, que detalharam a proposta enviada ao Congresso pelo governo, o PL 3887/20, baseada na unificação do PIS com a Cofins para criação da Contribuição Social sobre Movimentação de Bens e Serviços (CBS). O texto é a primeira parte da reforma total planejada pelo Executivo.

Governadores apoiam a reforma, diz Rodrigo Maia

A comissão mista retomou os trabalhos no dia 31 de julho para debater as três propostas de reforma tributária em análise no Congresso Nacional: além do projeto do Executivo, há também a PEC 110/2019, no Senado, e a PEC 45/2019, na Câmara.

Ao participar da audiência, Paulo Guedes, disse que a reforma tributária em estudo pelo governo irá reduzir os preços de diversos produtos, sobretudo com as mudanças que ainda serão propostas para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). "Muitos preços vão até cair, quando abordarmos a reforma como um todo. Vai ter queda de IPI para melhorar o poder aquisitivo das classes mais baixas. Vai ter fogão caindo 10% de preço, geladeira caindo de preço também. Vamos derrubar alguns impostos importantes", afirmou, em audiência pública na Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária.

Guedes negou que a reforma tributária possa ter impacto de aumento da inflação. "Esse é território que está relativamente sob controle pelo Banco Central, até abaixo das metas de inflação. Não tenho esse receio que de o IVA trará impacto inflacionário. Algum setor pode aumentar preço para acomodar o imposto, mas muitos poderão reduzir os preços", argumentou.

O ministro levou pessoalmente ao Congresso, no mês passado, a primeira fase da proposta de reforma tributária do governo, com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. O novo tributo substituirá o PIS e a Cofins.

Guedes alertou nesta quarta-feira que o Congresso Nacional não pode empurrar apenas para a União a conta da reforma tributária.

Estados cobram do governo a criação de um fundo para compensar a eventual perda de arrecadação dos governos regionais com a unificação de impostos. "Se vamos entrar no PIS, Cofins, ICMS e ISS vamos mergulhar juntos, corremos o risco juntos. Vamos ter que ter muito juízo e muita responsabilidade fiscal ao invés de achar que é só empurrar a conta da União. Por isso estamos conversando com todos os secretários estaduais de Fazenda", afirmou.

Tecnologia

O ministro da **Economia** disse que os bancos estão preocupados no mundo inteiro com a competição com novas tecnologias empregadas pelas chamadas fintechs. "O Brasil passou tantas décadas com **juros** tão altos usando grandes bancos para o endividamento em bola de neve, que os pequenos e médios bancos desapareceram. Houve então uma grande concentração bancária", afirmou. "Agora, a competição mais importante vem pela ruptura tecnológica. Quem vai apertar os bancos não são mais os pequenos bancos, que perderam essa oportunidade", completou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dinheiro vivo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Merval Pereira

Num mundo em que crescentemente o uso do dinheiro vivo está sendo descartado, justamente para evitar falcatruas como lavagem de verbas de origem ilegal, especialmente no financiamento ao terrorismo e tráfico de drogas, o governo brasileiro anuncia a criação da nota de R\$200, 00 na contramão do que aconselham os órgãos internacionais de controle financeiro, e o senador Flavio Bolsonaro banaliza os pagamentos em dinheiro vivo no seu dia a dia, contando versões implausíveis.

O Coaf (Centro de controle de atividades financeiras), órgão governamental encarregado

da fiscalização das chamadas movimentações atípicas com o objetivo de combater a corrupção, não foi consultado pelo governo sobre a criação da nova nota, mas sabe-se que no ano passado foi cogitado, por sugestão do órgão, que as notas de R\$100,00 fossem suspensas de circulação.

De acordo com o Ministério Público, cerca de 70% do valor pago pelo plano de saúde da família do senador Flávio Bolsonaro, e a escola das filhas, foram quitados em dinheiro vivo. Segundo ele, em entrevista ao Globo, 'não há nenhuma ilegalidade' no fato de Fabrício Queiroz ter pago 63 boletos com dinheiro vivo, num total de R\$ 108.407,98, pelo plano de saúde. Só que das contas do casal Bolsonaro só saíram R\$ 8.965,45 para esse tipo de gasto.

Já a escola das filhas foi paga com 53 boletos quitados com dinheiro vivo, somando R\$153.237,65, mas apenas uma parte minoritária desse total saiu da conta dos Bolsonaro. O senador admitiu também que recebe muito dinheiro vivo na sua loja de franquias da Copenhagen, e alega que se alguém quer pagar em dinheiro, não poderia rejeitar. Cada vez mais pelo mundo, lojas ou estabelecimentos não aceitam pagamentos em dinheiro vivo, justamente para não se meter em confusão, à medida que o combate à corrupção e ao financiamento de terrorismo se intensifica.

Já há países em que a circulação de dinheiro vivo está sendo gradativamente restringida, entre eles os dois mais populosos, Índia e China. Ao contrário do que faz aqui o governo brasileiro, desde 2016 o governo indiano retirou

de circulação as duas notas de valor mais alto - 500 e 1000 rúpias - e lançou um programa de **economia** digital com a previsão de que em 2023 os sistemas móveis de pagamento movimentem US\$ 1 trilhão.

Quando visitei a China pela primeira vez, em 2002, estava sendo implantado o pagamento através de cartão de crédito, e em muitas lojas tínhamos que ensinar ao vendedor como usar as maquininhas, como se fossemos muito mais avançados que eles. Hoje, mais de 70% das contas são pagas através do aplicativo do celular nas grandes metrópoles chinesas.

O senador Flavio Bolsonaro não é chegado muito a essas modernidades, mas tem amigos abonados e prestativos. Contou que estava num churrasco, comemorando a vitória nas eleições de 2018, quando se lembrou que uma prestação de um apartamento estava para vencer.

Como não tinha o aplicativo do banco, pediu a um amigo PM que festejava com ele que fizesse o depósito de R\$ 16,5 mil. Flavio teria devolvido o pagamento em dinheiro vivo.

Livros e homens

A proposta do governo de retirar a isenção de impostos sobre os livros provocou reação nos meios intelectuais do país, e uma nota pública das associações representativas do livro, lideradas pelo Sindicato Nacional do Livro, Câmara Brasileira de Livros e Abrelivros.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) também divulgou a seguinte nota oficial:

'A Academia Brasileira de Letras vem

expressar sua preocupação com a possibilidade de as editoras de livros virem a ser taxadas pela reforma tributária que está em debate no Congresso Nacional.

A proposta do ministro da Fazenda de acabar com a isenção de impostos sobre livros, taxando as editoras em 12% com o novo imposto, é um claro retrocesso cultural, que se junta a outros neste triste período por que passa o país, agravado pela crise econômica que atingiu em cheio a indústria do livro durante a pandemia.

O **mercado** editorial brasileiro encolheu 20%, de 2006 a 2019, segundo dados da Câmara Brasileira de Livros (CBL), e diversas livrarias tiveram que fechar as portas. O papel do governo deveria ser incentivar a leitura e a divulgação de livros, não restringir sua circulação com novas taxações. Não podem faltar homens e livros'.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Auxílio: uma benção para os brasileiros



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ELVIRO REBOUÇAS

ECONOMISTA E EMPRESÁRIO

Acertou a área econômica do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, com nítido protagonismo do Congresso Nacional, na concessão de Auxílio Emergencial que liberou, a partir de abril, os R\$.600 a cada brasileiro sem renda. Livrou o Brasil de uma convulsão social que por certo teria agudizado cruentamente este ano 2020 da pandemia. O Ministério da **Economia** já faz estudos para estender para mais as parcelas inicialmente prometidas, numa intrínseca equação orçamentária e fiscal de, a cada mês, mais R\$50 bilhões de dispêndios ao

Tesouro, mesmo no estado de calamidade pública. Mas num quadro aonde as economias secam em todo o planeta, conforme os dados todos anunciados, a começar pelos Estados Unidos, dos demais países das Américas, toda Europa e Ásia, Oceania e da devastada África.

Há uma hecatombe global por certo ainda não vista, nem na segunda grande guerra mundial. Do primeiro semestre do ano, no nosso país o IAE (Índice de Atividade Econômica) da Fundação Getúlio Vargas, aponta uma queda de 11,7%, comparado ao igual período do ano passado, com um atenuado junho, menos radical, relacionando os dois meses anteriores. O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o brasileiro Roberto Azevêdo, afirmou agora em agosto, nos visitando, que a queda do comércio neste ano deve ficar dentro do cenário mais otimista com um decesso de 13%, coisa comparável à grande depressão dos anos 1930, o que foi uma verdadeira debacle.

Para driblar o desemprego na pandemia, abertura de MEIs-microempreendedores individuais sobe e bate recorde no primeiro semestre de 2020. Variáveis como a diminuição da informalidade e os benefícios previdenciários da categoria também impulsionam o movimento. O número de microempreendedores individuais (MEIs) no país cresceu 10,2% no primeiro semestre de 2020, na comparação com o mesmo período do ano passado, chegando a 10.323.426 registros. Foram 892.988 novas formalizações nos seis primeiros meses do ano, um recorde histórico semestral, segundo dados do Portal do Empreendedor, do governo federal.

Entre os indicadores que explicam o crescimento das formalizações estão o aumento do desemprego, mudanças nas relações de trabalho e as vantagens que a formalização garante, como aposentadoria por tempo de contribuição, **salário**-maternidade e auxílio-doença.

Dados do IBGE mostram um aumento na taxa de desocupação no trimestre entre março e maio, com o desemprego atingindo cerca de 12,7 milhões de pessoas no país - um acréscimo de 368 mil pessoas frente ao trimestre encerrado em fevereiro de 2020.

A combinação desses fatores, segundo especialistas, impulsiona o fenômeno do empreendedorismo por necessidade - quando a crise do **mercado** de trabalho faz com que as pessoas busquem a formalização como microempreendedor individual para fugir do desemprego.

O empreendedorismo por necessidade vinha caindo, mas em meio à crise mais grave do século se intensificou. Esse fenômeno não decorre de uma escolha ou vontade dos indivíduos. Como o desemprego cresce, as pessoas buscam novas fontes de subsistência para continuar gerando renda. Como consequência do avanço nos registros de MEIs, o país registrou um recuo no número de trabalhadores informais. A taxa de informalidade saiu de 40,6% no trimestre encerrado em fevereiro para 37,6% em maio, o menor patamar da série histórica, iniciada em 2016.

O benefício, pelo o exemplo que vemos em todos os 167 municípios do nosso Rio Grande do Norte, de Natal ao alto Oeste, de Mossoró

ao Seridó e Trairi, da região Central a Nova Cruz, anima os mais necessitados e faz girar o modal econômico tão esgaçado. Cerca de 104 milhões de pessoas, o equivalente a 49,5% da população do País, vivem em residências beneficiadas por programas de enfrentamento à crise causada pela pandemia. Na Região Norte, 60% das casas receberam o auxílio, e no nosso tão chovido Nordeste, este ano, 58,9%, segundo dados oficiais do IBGE. O povo pobre brasileiro, diante de tão cáustico quadro está vivendo deste Auxílio. Uma benção!

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Maia pode engavetar projeto que limita juros de cartão e cheque especial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O Projeto de Lei que limita a 30% a taxa de **juros** ao ano do cartão de crédito e do cheque especial durante a pandemia do novo coronavírus pode não avançar na Câmara. A proposta já passou pelo Senado.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), não concorda com uma intervenção na **economia** e acredita que a medida pode acabar encarecendo o crédito em outras linhas.

'Os bancos têm que criar novos produtos no lugar do cartão de crédito e do cheque especial.

Não dá mais para a sociedade pagar essas taxas de **juros**. Mas as soluções não são de intervenção no **mercado** financeiro', disse Maia, nesta sexta-feira (7/8). Para ele, as instituições 'precisam entender que vão abrir mão de uma receita'.

Rodrigo Maia avalia que a 'proposta que cria um teto para a cobrança tem cara boa, mas gera muitos problemas'. 'Da mesma forma que a sociedade não aceita mais pagar impostos, ela não aceita mais pagar os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito', ressaltou o parlamentar.

O projeto de lei 1.166/2020, que trata do assunto, passou no Senado com 56 votos favoráveis e 14 contrários. O texto limita a 30% ao ano a taxa de **juros** de cartão de crédito e cheque especial até o fim do período de calamidade pública, previsto para acabar em 31 de dezembro deste ano. Seria uma forma de aliviar as contas dos brasileiros durante a pandemia. Para fintechs, o limite é de 35%.

O relator no Senado, Lasier Martins (Podemos-RS), lembrou que muitas pessoas estão perdendo renda e recorrendo ao crédito para cobrir gastos correntes na crise. E, depois, podem não conseguir pagar a fatura do cartão. Nesse caso, os clientes entram no parcelamento rotativo, cujos **juros** chegaram a 300,3% ao ano, em junho, de acordo com o Banco Central. Os do cheque especial, a 110,2%.

Passado o período de emergência, as taxas poderão voltar aos patamares anteriores. Mas o projeto também determina que o Conselho

Monetário Nacional (CMN) estabeleça um teto de **juros** para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio do cartão de crédito, inclusive o rotativo, depois que acabar o estado de calamidade pública. A medida foi incluída por destaque do PT.

O post Maia pode engavetar projeto que limita **juros** de cartão e cheque especial apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Empreendedores de cinco cidades do RN recebem apoio do Microcrédito da AGN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

Entre quinta e sexta-feira, a AGN levou investimento para empreendimentos de Rui Barbosa, São Paulo do Potengi, Tangará, Japi e Coronel Ezequiel

O programa Microcrédito do Empreendedor, da Agência de Fomento do RN (AGN-RN), esteve entre os dias 6 e 7 de agosto nas cidades de Rui Barbosa, São Paulo do Potengi, Tangará, Japi e Coronel Ezequiel para realizar a assinatura de contratos e liberação dos financiamentos para os empreendedores dos respectivos municípios.

Ao todo, na liberação realizada entre a quinta e a sexta-feira, 148 microempreendedores foram beneficiados com crédito em condições especiais oferecido pela AGN. A soma dos financiamentos resultou num investimento total de R\$ 553,8 mil para impulsionar os negócios na região e garantir a manutenção de muitos em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A cidade de Rui Barbosa foi o destaque esta semana com um total de 67 clientes atendidos para um montante de R\$ 229,8 investidos em negócios de diversas áreas, especialmente comércio e serviços. A **economia** do município de Coronel Ezequiel também obteve uma injeção de recursos a partir dos financiamentos alcançando um valor de R\$ 152,2 mil.

Ainda foram realizadas liberações em São Paulo do Potengi, Tangará e Japi e que colaboraram para que, mais uma vez, fosse ultrapassada a marca de meio milhão investidos em microempreendimentos do estado em apenas dois dias. As liberações realizadas nas cidades contaram com a adoção dos protocolos de bioprevenção e distanciamento social para garantir a segurança de empreendedores, colaboradores e parceiros da AGN.

A diretora-presidente da Agência, Márcia Maia, destacou a importância do crédito para colaborar com o processo de retomada e impulsionamento da **economia** potiguar. 'O crédito é uma alavanca fundamental para microempreendedores, especialmente para minimizar os efeitos da pandemia sobre os empreendimentos. Por isso, temos feito um

esforço não apenas para democratizar o acesso, mas também facilitar para que as pessoas possam alcançar esse recurso e promover os investimentos necessários ao bom funcionamento do seu negócio ou mesmo a sua retomada', afirmou Márcia Maia.

Sobre crédito

A partir da situação de pandemia, a AGN implementou uma série de medidas voltadas para melhoria do acesso ao crédito, ampliou limites de financiamento, opções de garantia e até mesmo de setores atendidos. Atualmente, as linhas contemplam segmentos que atuam nas áreas do Agronegócio, Indústria, Comércio e Serviços - com destaque para as linhas voltadas para transporte escolar, instituições de ensino, empreendimentos voltados à atividade física.

Além disso, a instituição continua a atender o setor de Cultura, Artesanato, Turismo - inclusive com condições especiais para o segmento, bem como, a manutenção do apoio ao microempreendedor do RN com financiamentos com limites estendidos, novos prazos e o bônus de adimplências nos **juros** para o bom pagador.

Confira os canais de atendimento:

Microcrédito formal e informal:

84 3232-6106/99607-1360

micro@agnrn.com.br

Agricultura familiar, Pró-Cultura, Escolas, Academias e Fungetur:

84 99136-1897/99640-0700

gerop@agnrn.com.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

BOAS-VINDAS AO REI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O cenário de crise não anima nem os mais otimistas. Para a retomada plena da **economia**, muita criatividade será exigida dos potiguares.

Nestas horas, qualquer ideia deve ser analisada.

As oportunidades surgem e se não forem aproveitadas, viram cavalo. Selado. Que passa a galope.

É preciso atenção, atividade e olho ligeiro.

Por que não entramos na disputa para o exílio voluntário de Juan Carlos I, rei emérito da Espanha?

Só teremos o que lucrar e ele terá encontrado o lugar ideal para uma vida tranquila e prazerosa.

Que saiu do país onde reinou por mais de 40 anos, todos sabem, por carta deixada ao filho sucessor, amplamente divulgada.

Como ficou bem claro, afastava-se da pátria para evitar constrangimentos à família e tumulto político em momento tão incerto. Mas não revelou para onde estava indo.

Eis a nossa chance.

Que não deseja se fixar no continente europeu, é certo.

O que se pode deduzir que o pouso definitivo ainda não foi anotado no plano de voo do monarca.

A República Dominicana não deve ser uma moradia que dure.

É apenas uma escala onde a decisão pensada em calma, será tomada.

Tanto mais que a temporada dos furacões nas Antilhas está só começando.

O fato do pai de Filipe VI ter passado parte da infância no Estoril, falando português igual a um ministro do supremo, anula qualquer argumento de dificuldade de comunicação com os nativos.

Do nosso clima ameno e mares de águas cálidas, não precisa nem falar.

O mundo toda sabe disso muito bem. Tantas foram as viagens das autoridades do Turismo para palestras em tudo que é feira internacional. Sem contar as fun tours que já recebemos aos montes.

A Rainha Sofia vai sentir-se aqui, nas ilhas da Grécia de suas origens.

Podemos até deixar a cansada imitação do Caribe, já nos repetecos do vale a pena ver de novo, para trás.

Daqui pra frente, 'O Egeu é Aqui'.

Mesmo sabendo da capacidade de investimento do casal real aposentado, não custa lembrar que nosso **mercado** imobiliário, padrão, oferece pechinchas inacreditáveis. E mais, sendo o negócio em euro.

São vários hotéis disponíveis. Todos em bom estado de conservação. Muito bem equipados. Um deles, até tomógrafo tem.

Amplos, podem abrigar em conforto absoluto todos os assessores e a criadagem. Sem nenhum problema para receber também, os muitos advogados que virão combinar as estratégias de defesa no rolo que ficou em Madrid.

Os ilustres hóspedes terão uma longa e deslumbrante praia para tranquilas caminhadas matinais.

A guarda municipal garante que até o morro do careca, nenhuma barraca superlotada ou amontoado de farofeiro vai atrapalhar o passeio.

Nem encontrarão vendedores de óculos de sol e redes para encher o majestático saco.

Precisamos acenar para os reis ainda sem-teto que serão acolhidos aqui como tais.

Nada para demonstrar nossa intenção como dar-lhes títulos de cidadãos honorários.

Logo dois.

Depois eles continuam a coleção até atingir o recorde com os outros 166 municípios restantes.

Uma boa conceder também o grau de doutor honoris causa.

Se todas as universidades aderirem à ideia, vai ter discurso laudatório em banda de lata.

Quanto à política, é bom avisar aos galegos que não criaremos nenhuma dificuldade ideológica.

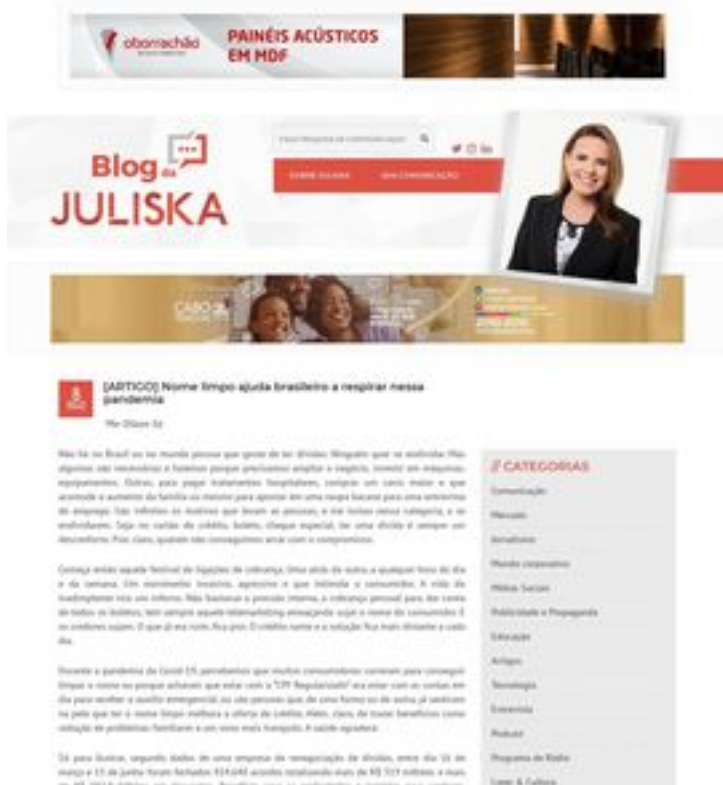
Que somos simpáticos à realeza, provamos com o número de reis-da-cocada-preta que abundam nessas ribeiras do rio grande.

O governo é popular, social-comunista mas a governadora não tem nada contra bacana montado na grana.

Bienvenido mi rey!

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[ARTIGO] Nome limpo ajuda brasileiro a respirar nessa pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

*Por Dilson Sá

Não há no Brasil ou no mundo pessoa que goste de ter dívidas. Ninguém quer se endividar. Mas algumas são necessárias e fazemos porque precisamos ampliar o negócio, investir em máquinas, equipamentos. Outras, para pagar tratamentos hospitalares, comprar um carro maior e que acomode o aumento da família ou mesmo para apostar em uma roupa bacana para uma entrevista de emprego. São infinitos os motivos que levam as pessoas, e me incluo nessa categoria, a se endividarem. Seja no cartão de crédito, boleto, cheque especial, ter uma dívida é sempre um desconforto. Pior, claro, quando não conseguimos arcar com o

compromisso.

Começa então aquele festival de ligações de cobrança. Uma atrás da outra, a qualquer hora do dia e da semana. Um movimento invasivo, agressivo e que intimida o consumidor. A vida do inadimplente vira um inferno. Não bastasse a pressão interna, a cobrança pessoal para dar conta de todos os boletos, tem sempre aquele telemarketing ameaçando sujar o nome do consumidor. E os credores sujam. O que já era ruim, fica pior. O crédito some e a solução fica mais distante a cada dia.

Durante a pandemia da Covid-19, percebemos que muitos consumidores correram para conseguir limpar o nome ou porque acharam que estar com o 'CPF Regularizado' era estar com as contas em dia para receber o auxílio emergencial, ou são pessoas que, de uma forma ou de outra, já sentiram na pele que ter o nome limpo melhora a oferta de crédito. Além, claro, de trazer benefícios como redução de problemas familiares e um sono mais tranquilo. A saúde agradece.

Só para ilustrar, segundo dados de uma empresa de renegociação de dívidas, entre dia 16 de março e 15 de junho foram fechados 924.640 acordos totalizando mais de R\$ 319 milhões e mais de R\$ 382,8 bilhões em descontos. Benefício para os endividados e também para credores. Dinheiro que volta a circular. Importante notar que, mais de 50% dessas dívidas tinham valores que variavam de R\$ 50 a R\$ 250 e muitas destas pessoas nem sabiam que estavam com o nome sujo.

Uma pesquisa realizada em maio com um pouco mais de 4.900 pessoas, apontou que 42,6% achavam que não conseguiriam pagar suas dívidas durante a pandemia. Um percentual alto e que demonstra um descrédito e desânimo com a recuperação da **economia** no curto, médio e longo prazo. Parte dos entrevistados, 32%, disse acreditar que acesso ao cartão de crédito pode ajudar a diminuir o impacto financeiro causados pela Covid-19.

São pessoas preocupadas, realistas e com um olhar atento ao complexo cenário econômico que temos pela frente. Eles já perceberam que limpar o nome lhes dará mais acesso ao crédito e será um respiro para suas famílias.

Renegociar dívidas, diminuir **juros**, alongar prazos até que a situação financeira volte ao normal. Estamos lado a lado nessa missão, juntos, vamos atravessar este período difícil.

Sobre a Acordo Certo:

A Acordo Certo é uma fintech de soluções voltadas para o bem-estar financeiro dos consumidores, possibilitando a renegociação de dívidas de forma 100% online, com uma abordagem humana, acolhedora e empática. Fundada em 2013, possui mais de 30 empresas parceiras, entre elas varejistas, bancos, financeiras, empresas de telefonia e grupos educacionais, como Santander, Itaú, Porto Seguro, Claro entre outros. Conta com uma base com mais de 10 milhões de usuários cadastrados e mais de 3 milhões de acordos fechados pela plataforma. Com um time de mais de 50 Acorders (apelido carinhoso dado aos colaboradores), a empresa já passou por programas de aceleração como Escale Up da Edeavor, Quintessa, boostLAB do BTG Pactual, além de conquistar o selo GovTech da

Brazil LAB.

Por Dilson Sá é CEO da Acordo Certo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Produção reage, mas montadoras demitem 1,5 mil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar da melhora em julho, a indústria automobilística produziu neste ano metade do volume registrado de janeiro a julho de 2019 e segue reduzindo o quadro de pessoal. No mês passado, foram fechadas 1,5 mil vagas. No ano, foram 3,1 mil cortes, enquanto a produção chegou a 900 mil veículos - 48,3% inferior aos números do ano passado.

"Se não ocorrer uma retomada mais forte na **economia**, devem vir mais cortes", diz o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes. Segundo ele, demitir pessoal qualificado é a última opção das empresas, mas há "limites" para a manter vagas se o **mercado** não reagir. O setor emprega hoje

122,5 mil pessoas.

A conta de cortes inclui os 747 trabalhadores demitidos pela Renault no Paraná, onde o sindicato dos metalúrgicos local obteve na Justiça liminar suspendendo as dispensas. Empresa e sindicato retomaram negociações para buscar um acordo.

As montadoras trabalham com projeção de queda de 40% nas vendas este ano, para 1,67 milhão de unidades, incluindo caminhões e ônibus. Antes da pandemia, a previsão era de chegar a 3 milhões de unidades, volume agora previsto apenas para 2025. Essa queda, afirma Moraes, vai representar perda de receita de até R\$ 80 bilhões nos resultados esperados pelo setor no início do ano.

Nas novas projeções, mesmo com um crescimento contínuo nos próximos anos, a indústria deixará de vender, ao longo de seis anos, entre 6 milhões e 7 milhões de veículos. Segundo Moraes, o cenário previsto antes da covid-19 com base nas expectativas de alta do PIB brasileiro era chegar em 2025 com vendas na casa de 4 milhões de veículos.

Com todas as fábricas operando, ainda que em ritmo reduzido após vários meses de paralisação por causa do coronavírus, a produção aumentou 73% em julho, ante junho, com 170,3 mil unidades, mas foi 36,2% menor que a de julho de 2019. Já as vendas no ano caíram 36,6%, para 983 mil veículos, e as exportações recuaram 43,7%, para 148,7 mil unidades.

Metas de emissões

Diante do desempenho mais fraco que o

previsto para os próximos anos, a Anfavea tenta junto ao governo atrasar em dois a três anos o cumprimento de metas de redução de emissões de poluentes estabelecidas no programa Rota 2030, e previstas para entrar em vigor gradualmente entre 2022 e 2025.

Além da dificuldade em dispor dos R\$ 12 bilhões de investimentos previstos para novos projetos, as empresas alegam que suspenderam testes durante a paralisação causada pela covid-19 e mesmo aqueles feitos anteriormente, terão de ser refeitos. "O cronograma físico foi comprometido", diz Moraes.

O executivo afirma que os automóveis atuais evoluíram muito em relação a níveis de emissões e reclama da falta de programas governamentais, como o de renovação da frota e o de inspeção veicular que, se adotados, trariam ganhos ambientais. "A frota antiga polui 28 vezes mais que a atual", diz. A Anfavea voltou a discutir com o governo nova proposta de renovação de frota.

Outra preocupação é que, na transição do sistema tributário atual para outro após a reforma tributária, os créditos de R\$ 25 bilhões que o setor tem a receber em impostos pagos (e que deveriam retornar às empresas) virem pó. "Poderíamos usar esse dinheiro para pagar despesas e fazer investimentos, mas estamos financiando o Estado."

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo Fátima Chega Junto para doar cestas na campanha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Cassiano Arruda Câmara

Decreto da governadora Fátima Bezerra instituiu o Programa Emergencial de Assistência Social, codinome 'RN Chega Junto', para enfrentar a calamidade decorrente do covid-19, 'sobre as populações em estado de vulnerabilidade sócio econômica'. Foi editado quarta-feira, faltando 102 dias para a eleição de 15 de Novembro.

O RN Chega Junto tem seis linhas de atuação, sendo a quinta delas 'Aquisição de cestas básicas para população vulnerável'.

Um decreto desta abrangência para distribuir cestas básicas à população carente, no meio de

uma campanha eleitoral, é um perigo. Nos últimos anos, programas semelhantes trouxeram sérios problemas para os governos que os promoveram, em vários Estados.

Empresas começam a apresentar conta do covid-19 nos negócios

Junto com os balanços do segundo trimestre de grandes empresas, está chegando ao público o tamanho da conta do que a covid-19 está custando para elas. Nove fora a redução nos negócios e no faturamento, as companhias tiveram gastos operacionais extraordinários por conta da pandemia (substituição de funcionários, investimento na prevenção, equipamentos e doações). Numa primeira amostragem a conta da covid-19 já passou dos R\$ 750 milhões entre algumas das grandes.

Da Vale, R\$ 122 milhões; Ambev, R\$ 61 milhões; Petrobras, R\$ 60 milhões; JBS, R\$ 100 milhões e por aí vai.

Turmalina da Paraíba virou Pedra Azul para ser beneficiada no RN

Modismo no final do último século, a turmalina Paraíba, gema descoberta no Estado vizinho, nos anos 1980, tem apenas cinco minas conhecidas no mundo, na Paraíba, no RN e na Nigéria, África.

De alto valor - o preço médio de um quilate é US\$ 30 mil - esteve em coleções de Dior, Tiffany e H Stern, tendo peça de um única pedra sido comercializada por até R\$ 3,07 milhões. Com incentivos do Proedi, a Pedra Azul

Mineração Ltda, começou a fazer o beneficiamento do minério no município de Equador, RN. O projeto vai oferecer 400 empregos diretos.

Quem votar em J.P. Prates para Prefeito elege Theodorico Bezerra para o Senado

Quem é o suplente do senador Jean Paul Prates?

- Theodorico Bezerra Netto (com dois t), do PC do B, terceiro suplente da governadora Fátima Bezerra (de quem não é parente) assumirá o Senado se JP Prates se eleger Prefeito de Natal.

Sucessor e herdeiro do nome de uma das figuras emblemáticas da velha política, Theodorico Bezerra tem mantido uma atuação tão discreta, que pouco lembram do seu nome no jogo eleitoral que vai ser jogado no RN em 15 de novembro.

Exemplo do majó Theodorico mostra o perigo de se escolher o concorrente

História eleitoral: Considerado eleito um ano antes da eleição de 1962 para uma das duas vagas no Senado, tendo Dinarte Mariz como adversário, o majó Theodorico Bezerra fez de tudo para ter o monsenhor Walfredo, então Vice-governador, ao seu lado no palanque, como também candidato. Houve verdadeira guerra pelo lugar de suplente de Theodorico e ninguém quis ser suplente de Walfredo. O lugar sobrou para o médico Manoel Vilaça, radicado em Pernambuco. Apurados os votos deu Dinarte e Walfredo. Depois de um ano, Vilaça virou Senador com a eleição de Walfredo para Governador.

Emprotun faz acordo com o UBER da hospedagem

Quando a hotelaria do RN vive a sua maior crise nos últimos 40 anos, a Emprotun firma um Memorando de Entendimento com a Airbnb Ireland UC que está para o **mercado** de hospedagem como o Uber está para o **mercado** de taxi. A Airbnb faz intermediação de residências em todo o mundo de 'gente para gente' com diária a partir de R\$ 106,00 (foto: tipo de casa para locação).

A Airbnb é uma plataforma tecnológica que serve como um **mercado** comunitário confiável para pessoas anunciarem, pesquisarem e reservarem acomodações em experiências únicas em todo o mundo, com reserva feita a partir de um computador, de um telefone celular ou tablet. Pelo memorando firmado as duas entidades se comprometem a levantar atrações turísticas do Rio Grande do Norte. Com cláusula de confidencialidade.

Rogério Marinho, o anti Guedes assume o Ministério da Gastaça

Na sexta-feira, o ministro Rogério Marinho esteve pleno na grande imprensa. Seis páginas em Veja (foto), página inteira no 'Globo', 'O Nordeste nunca foi prioridade de um partido'. Nas duas ele é colocado como o Ministro da Gastaça, para isso parece ter o apoio do Zero Um, senador Flávio Bolsonaro: 'o Guedes tem de arrumar um dinheirinho'. Rogério defende os recursos para segurança hídrica do Nordeste, Plano de Saneamento Básico e novo Programa Habitacional, 'Parece que temos uma faca cravada no olho e estamos preocupados com um cisco'.

Ministro adiou volta ao trabalho que estava previsto para amanhã

O Ministro das Comunicações, Fábio Faria, resolveu adiar a volta ao trabalho presencial dos servidores que não fazem parte do grupo de risco. O retorno estava previsto para amanhã, mas foi adiado para o dia 8 de setembro. Será feito uma rodizio entre os servidores que ficarão em regime de home office.

Antes de atingir 100% do público meia entrada acaba

A ANCINE (Agência Nacional de Cinema) constatou que a meia entrada já atingiu a marca dos 80% do público total. E o Ministério da **Economia** abriu uma consulta pública até quinta-feira, 13, para que o Governo acabe com a obrigatoriedade legal da meia entrada. O Ministério da **Economia** já se manifestou pela extinção do benefício.

Consumo de vinho no Brasil aumentou com a quarentena

O consumo de vinho, no primeiro semestre, aumentou com a quarentena. Passou de 2.13 litros diários por habitante, para 2.37 litros. No segundo trimestre - quando a quarentena estava instalada - passou para 2.81 litros per capita, segundo estudo da Ideal Consulting, sobre hábitos de consumo no Brasil.

MI-mi-mi

A quem interessar possa: - Com a cédula de 200 dá pra levar R\$ 600 mil na cueca.

Promotora da Festa do Boi, há mais de 30 anos, a Anorc não quer fazer a promoção este ano. Setores do governo, queriam.

A nova temporada da novela Flor do Caribe estreia na segunda-feira, 17, às 18 hs.

Esta é a última semana para nomear, demitir e contratar, segundo o Calendário Eleitoral.

O Governo do Estado prorroga a suspensão do atendimento público em suas repartições. O Detran está sem atender há quatro meses.

Hoje completa 174 anos do nascimento, em Serra Negra, de Juvenal Lamartine. Um dos maiores políticos do RN.

O Ocean Palace só volta a funcionar dia 30 de Setembro. Em grande estilo.

A ex-prefeita Micarla de Souza volta às ondas do rádio. Estreia, amanhã, Conexão 95, no horário do meio-dia, na 95 FM.

Fábio Jr. fará uma 'live', hoje, na Band, pelo Dia dos Pais. - Fábio Jr. é pai de cinco filhos.

Novo tratamento contra o Covid-19: aplicação retal de ozônio. O velho 'cristé'

Completa 117 anos, hoje, do primeiro voo dos Irmãos Wrigth nos USA. Decolaram com ajuda de uma catapulta.

A rodovia RN-015, no município de Baraúna, não é mais a Estrada do Caju. Virou Estrada do Melão III.

O Brasileirão de Futebol começou. - É a normalidade chegando.

Completa 75 anos, hoje, da bamba atômica de Nagasaki, que acabou a 2ª Guerra, com a rendição do Japão.

Alexander Fleming, há 96 anos, hoje, anunciava a descoberta da penicilina.

O agronegócio continua sendo: + 17% sobre igual período de Julho.

A assembleia-geral da UNIMED-Natal, dia 19, será virtual. Definirá a distribuição das sobras (lucro).

D. José Negri, que celebra a missa na Rede Globo, com padre Marcelo Rossi, foi alcançado pela covid-19.

Em maio e junho, 280 mil pessoas deixaram planos de saúde. E aumentaram a clientela do SUS.

UFRN pesquisa produto para combater obesidade

A Universidade Federal do RN deu início ao processo de patenteamento de um produto farmacêutico para tratamento da obesidade, a partir do breu branco, planta encontrada na região Amazônica, e outras substâncias. Mais da metade da população do Brasil está acima do peso.

A UFRN tem 250 pedidos de patenteamento de suas pesquisas e 22 já com o processo concluído e a patente concedida.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros", diz Prates sobre a Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

PARLAMENTARES, TRABALHADORES E SINDICATOS ORGANIZAM CAMPANHA

Defender a permanência da Petrobras foi a tônica que movimentou a pauta de lançamento da campanha nacional #PetrobrasFica, ocorrida nesta sexta-feira (07). Coordenada nacionalmente pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, presidida pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), a campanha tem como objetivo evitar a privatização fatiada da empresa, conforme vem sendo defendida pelo governo Bolsonaro.

A mobilização contou com a participação de lideranças partidárias, economistas e

sindicalistas que participaram de uma reunião virtual para dar início às estratégias de mobilização nos Estados afetados pela saída, desintegração e desverticalização da companhia.

O senador Jean Paul criticou o acordo firmado pela estatal com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em que a Petrobras se comprometeu a vender oito refinarias para encerrar uma investigação no órgão. 'Esse processo precisa ser esclarecido: o Cade nem chegou a concluir por dominação de **mercado**. Não chegou a investigar nada, e a Petrobras, sem apresentar defesa, foi logo sacrificando metade do seu parque de refino', disse.

Após menos de dois meses de investigação, a atual diretoria da Petrobras decidiu fechar, no ano passado, um acordo com o Cade, antes mesmo que o processo movido pela Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) fosse julgado. O acordo foi celebrado sem que o Cade chegasse a investigar as possíveis práticas anti-competitivas e condenar a Petrobras. Para o senador do PT, o resultado de décadas de luta, trabalho e dedicação do povo brasileiro está se evaporando, graças a um projeto político que tem como um dos seus alicerces a entrega das riquezas nacionais ao capital internacional.

Segundo o senador, 'o plano de privatizar a estatal em fatias não visa garantir o abastecimento ou novos investimentos, como dizem, mas apenas aumentar a distribuição de lucros aos acionistas, invertendo a lógica da empresa de servir ao país e aos consumidores'.

Prates ressaltou, também, que o mito das estatais ineficientes foi superado. 'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros. Nossa campanha é de cuidado e zelo com o Brasil. A sociedade precisa compreender a importância da Petrobras e que essa política de desmonte representa: uma ameaça para o futuro do país', frisa.

PROCESSO

Durante a reunião, o professor-doutor em **Economia**, Eduardo Pinto (UFRJ), expôs o contexto do processo de desestatização da Petrobras, colocado em curso pelo governo Bolsonaro. Para ele, nem os mais liberais, que se preocupam com a questão da regulação, concordam com o processo a que a estatal brasileira está sendo submetida. O risco é que a venda de refinarias possa criar um monopólio privado.

'Isso indica uma alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais nas áreas de influência da maioria das refinarias à venda, sem garantia de aumento de competitividade que possa se refletir em uma redução de custo aos consumidores finais', explicou o especialista.

De acordo com o professor da UFRJ, a consequência dessa privatização será 'o aumento descontrolado dos preços dos combustíveis e seus derivados, e um provável desabastecimento do **mercado** interno por conta da falta de coordenação do setor e de investimentos que hoje são realizados pela Petrobras'.

Ele alertou ainda que, junto com as refinarias, o

governo Bolsonaro estará vendendo a exploração de todo um **mercado** regional no setor de combustíveis e derivados. 'Estão querendo privatizar toda uma estrutura de mercados regionais inteiros. Estão privatizando na verdade o **mercado**. Esse é o perigo, criar monopólios privados que fatalmente vão gerar aumentos descontrolados de preços e possíveis desabastecimentos, por conta da falta de concorrência e de novos investimentos', esclareceu.

MOBILIZAÇÃO

O líder da Bancada do PT na Câmara, deputado Enio Verri (PT-PR), observou que a sociedade brasileira precisa ser alertada de que defender a Petrobras é defender o desenvolvimento econômico e social do País.

'Não podemos perder tempo. Temos que denunciar esse esquitejamento da Petrobras, mas temos que reconhecer que essa privatização é apenas parte do projeto do governo Bolsonaro de destruição da nação brasileira. Devemos defender a Petrobras não apenas por conta da empresa, mas pelo seu papel determinante na soberania nacional e na redução das desigualdades sociais e regionais', afirmou.

Já o deputado Bohn Gass (PT-RS) disse que as conclusões do estudo do professor da UFRJ devem ser levadas ao conhecimento de toda a sociedade, para que os riscos envolvendo a privatização da Petrobras possam ser avaliados pela população.

'Tudo neste governo é fake. Eles dizem que a privatização vai diminuir preço, dar mais eficiência, atrair investidores, e sabemos que

tudo isso é falso. Porém, essa lorota é dita em todas as reformas feitas até hoje, e não trouxeram empregos, nem investimento, muito menos concorrência. Por isso temos que divulgar essas informações', observou.

Na mesma linha, a deputada Natália Bonavides (PT-RN) defendeu que a estratégia de mobilização a ser adotada deveria ser a mesma utilizada pelo setor cultural para aprovar a Lei de Apoio à Cultura durante a pandemia, conhecida como Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), proposta pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na Câmara.

'Temos que fazer esse trabalho de formiguinha, em todos os municípios. Estamos juntos nessa luta, em defesa da Petrobras, da soberania nacional e dos direitos do povo, e contra esse governo genocida', destacou.

Sobre a campanha, o representante da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Eduardo Henrique, disse que a principal missão é mobilizar a sociedade para evitar a privatização da Petrobras.

'Precisamos ganhar a sociedade, constranger governadores que poderão ter em suas regiões milhares de desempregados, e unificar os petroleiros. E essa mobilização tem que ser constante, enquanto tivermos esse governo a Petrobras corre risco', afirmou.

Fonte: <http://jeanpaulprates.com.br>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Renda para todos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

O Ministro da **Economia**, Paulo Guedes descarta adotar um programa de renda básica universal, para chegar aos 210 milhões de brasileiros. Seria um programa abrangente, mas não está na meta do governo. As discussões sobre a reforma tributária estão sendo ampliadas com o governo apresentando suas 'cartas'. Os empresários desconfiam da proposta do Executivo por embutir uma elevação dos impostos, especialmente, no setor de serviços. Em busca de mais receitas o ministro da **Economia**, Paulo Guedes diz que "precisamos de base ampla para poder tributar a **economia** digital". O ministro afirma que a

proposta do Executivo não é de imposto único ao falar do novo tributo que pretende criar, parecido com a antiga CPMF.

Alíquota

No Imposto de Renda o governo alega dificuldades em elevar a alíquota mínima a R\$ 3 mil, conforme promessa de campanha de Bolsornaro. Isso custaria nada menos do que R\$ 22 bilhões/ano aos cofres do governo. Mas, há folga para isso, com a redução do custo da dívida. Além disso, Paulo Guedes promete fazer Uma 'redução drástica de gastos' em 2021.

Mudanças

'Agora em agosto, todas as lojas da rede Riachuelo se tornam minicentros de distribuição para atender sua área primária por meio do canal digital. Vamos sair dessa pandemia provavelmente como a líder de venda online de vestuário', garante Flávio Rocha, presidente do Conselho de Administração de Guararapes-Riachuelo. Ele espera atrair o interesse de mais investidores, o que poderia aumentar o preço de suas ações e, conseqüentemente, o valor de **mercado** da companhia.

Vender

Apenas 29% dos pequenos negócios potiguares vendem para o governo. O percentual é relativo a microempresas e empresas de pequeno porte. Entre os Microempreendedores Individuais (MEI) somente 13% participam de compras públicas. O Sebrae mapeia cinco dicas para os pequenos negócios venderem mais ao setor

público. A própria legislação apóia e dá preferência aos pequenos negócios, inclusive, em vários municípios.

Reação

O Fed, Banco Central dos Estados Unidos, tem indicativos de que a **economia** dos EUA poderá retornar a níveis pré-pandemia até o fim de 2021. Portanto, um sinal para os demais países que estão esperando uma retomada rápida, em 'V', como o ministro Paulo Guedes, da **Economia**.

País do agronegócio

Boicotar o Brasil sairá caro ao mundo, aponta o presidente da Informa Markets, Marco Basso. O país vai suprir mais de 40% do aumento dos alimentos necessários para o planeta até 2050. "Das 10 principais commodities agrícolas, o Brasil está entre o primeiro ou segundo em todas. O mundo depende hoje da agricultura e da agropecuária brasileira", diz. A Informa Markets é uma das maiores empresas de eventos do mundo, com faturamento global de US\$ 3,5 bilhões. Basso acredita que o país tem sido vítima de uma conspiração internacional, no caso das polêmicas envolvendo a Amazônia, e aposta que a recuperação virá em 2020.

Agronegócios

A China está comprando quase tudo em alimentos e outros produtos, para reforçar seus estoques. Acaba de anunciar novas compras de milho elevando a rentabilidade da soja que bate recorde no Brasil. Já a arroba do boi em alta no **mercado** futuro atrai investidores para o confinamento. Em São Paulo, já tem fila de

espera.

Abuso

A inflação na cobrança de tarifa de energia nos últimos 18 anos teve um aumento de 230%, segundo cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), enquanto a elevação pelo índice oficial (IPCA), foi de 189%, no mesmo período. A diferença de 41 pontos percentuais a mais nos preços da energia vem do aumento dos custos da cadeia energética.

Normas

Nos seis primeiros meses deste ano, foram alteradas 140 normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do setor da construção. Dessas, 133 foram publicadas e sete canceladas. Destaque também para as movimentações de normas: 121 estiveram em Consulta Nacional e 64 foram confirmadas. É a modernização em andamento.

Poupar

Com servidores federais em home office, o governo corta gastos com imóveis. Os servidores vão para o home office e governo aproveita para cortar custos com imóveis que abrigam setores de ministérios e autarquias. Devolverá vários e vai propor permutas e adotará espaços de coworking. As medidas podem poupar R\$ 1,3 bilhão.

Agronordeste

Uma comissão de analistas do Ministério da **Economia** aprova financiamento externo de US\$ 230 milhões para o AgroNordeste. Os

recursos virão do BID e da União para financiamento de ações, como melhoria da competitividade das cadeias produtivas no Nordeste e no norte do Espírito Santo e de Minas. Serão US\$ 40 milhões em contrapartidas da União, por seis anos.

Conexão

Os nordestinos experimentam o conceito de Casa Conectada: conectar objetos para promover segurança, conforto e entretenimento de forma prática e integrada. Nas lojas da Vivo na região, as vendas dos itens que possibilitam essa conectividade cresceram 70,4% nos quatro meses de isolamento em relação aos 120 dias anteriores. A loja Vivo do Shopping Midway, em Natal, foi a campeã em vendas do produto.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Exportações do RN recuam 37,6% no primeiro semestre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

O primeiro semestre deste ano foi negativo para a balança comercial do Rio Grande do Norte. Dados do Centro Internacional de Negócios (CIN/Fiern) apontam recuo de 37,6% de janeiro a junho de 2020 ante igual período de 2019. Esse percentual inclui itens extraordinários enviados aos Estados Unidos no primeiro semestre do ano passado, o que elevou positivamente as exportações do Estado no período. Sem eles, o percentual de recuo na mesma base de comparação é de 19%. A pandemia do novo coronavírus contribuiu para a redução do consumo dos principais itens da pauta de exportações potiguar, como frutas e peixes, o que puxou os dados para baixo.

Balança comercial nacional tem superávit recorde em julho

Conforme planilha formatada pelo CIN/Fiern, houve redução de 39,4% na exportação de melões; de 43,4% no envio de melancias ao **mercado** internacional; de 40,3% nas remessas de tecidos de algodão e de 38,6% na comercialização de peixes com outros países. Outros itens, como o querosene de aviação, também tiveram queda significativa nas exportações no período em tela: -65,5%. Os itens que apresentaram variação positiva no período analisado foram: pedras preciosas, com 24,9%; bananas, com 29,4%; mangas, com 11,2%.

'Melões, sal, fuel oil, melancias e tecidos de algodão foram os produtos com maiores valores exportados no semestre, com os dois primeiros e melancias com maior percentual dos valores embarcados pré-pandemia. A situação é praticamente idêntica à de janeiro a maio em relação aos percentuais comparativos. Os mercados dos produtos do RN não demonstraram tendência de recuperação e poucos setores tiveram aumento em relação ao ano passado', analisa Luiz Henrique Guedes, responsável técnico pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte.

Luiz Henrique Guedes ressalta, ainda, que 'as exportações de junho ficaram 13% menores que as de junho do ano passado e 83% maiores que as de maio, um mês com exportações bastante reduzidas. Sal, peixes, produtos animais impróprios para alimentação humana e pedras preciosas foram os produtos com maiores valores exportados em junho'.

Cargueiro

A situação da balança comercial do Rio Grande do Norte poderá ficar ainda pior ao longo deste segundo semestre. A Lufthansa Cargo, companhia aérea alemã responsável pelo transporte semanal de frutas do Estado para a Europa, deixou de operar pelo Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, em julho.

A Lufthansa passou a utilizar o Aeroporto Internacional de Recife a partir do dia 21 de julho. A interrupção no transporte de cargas foi confirmado à TRIBUNA DO NORTE pelo diretor da Lufthansa no Brasil, Cleverton Holtz Vighy, e pela assessoria da Inframerica, empresa que administra o terminal. Por voo, a Lufthansa transportava cerca de 60 toneladas, principalmente de pescado e frutas (melão e mamão). A companhia operava dois voos cargueiros regulares por semana. De acordo com o diretor da Lufthansa no Brasil, no primeiro semestre deste ano, a movimentação média chegou a 120 toneladas semanais para a Europa. Perto de 2.400 toneladas no período.

Especialistas apontam que a mudança pode impactar diretamente o **mercado** de exportações do RN, que já sofre com a baixa oferta de rotas aéreas internacionais. Segundo estudiosos e especialistas da área de logística, a redução no escoamento aéreo pode ocasionar um aumento nos custos de transporte para os produtores potiguares serem enviados ao exterior.

Balança comercial do RN

Exportações - Jan a Jun/2019

US\$ 205.243.450,00

Exportações - Jan a Jun/2020

US\$ 127.979.430,00

Queda de 37,6%

Produtos com maiores quedas

Castanha de caju:

-65,6%

Querosene de aviação:

-65,5%

Melancias:

-43,4

Tecidos de Algodão:

-40,3%

Melões:

-39,4%

Fonte: CIN/Fiern

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros", diz Prates sobre a Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Defender a permanência da Petrobras foi a tônica que movimentou a pauta de lançamento da campanha nacional #PetrobrasFica, ocorrida nesta sexta-feira (07). Coordenada nacionalmente pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, presidida pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), a campanha tem como objetivo evitar a privatização fatiada da empresa, conforme vem sendo defendida pelo governo Bolsonaro.

A mobilização contou com a participação de lideranças partidárias, economistas e sindicalistas que participaram de uma reunião virtual para dar início às estratégias de mobilização nos Estados afetados pela saída,

desintegração e desverticalização da companhia.

O senador Jean Paul criticou o acordo firmado pela estatal com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em que a Petrobras se comprometeu a vender oito refinarias para encerrar uma investigação no órgão. 'Esse processo precisa ser esclarecido: o Cade nem chegou a concluir por dominação de **mercado**. Não chegou a investigar nada, e a Petrobras, sem apresentar defesa, foi logo sacrificando metade do seu parque de refino', disse.

Após menos de dois meses de investigação, a atual diretoria da Petrobras decidiu fechar, no ano passado, um acordo com o Cade, antes mesmo que o processo movido pela Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) fosse julgado. O acordo foi celebrado sem que o Cade chegasse a investigar as possíveis práticas anti-competitivas e condenar a Petrobras. Para o senador do PT, o resultado de décadas de luta, trabalho e dedicação do povo brasileiro está se evaporando, graças a um projeto político que tem como um dos seus alicerces a entrega das riquezas nacionais ao capital internacional.

Segundo o senador, 'o plano de privatizar a estatal em fatias não visa garantir o abastecimento ou novos investimentos, como dizem, mas apenas aumentar a distribuição de lucros aos acionistas, invertendo a lógica da empresa de servir ao país e aos consumidores'.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_03

Prates ressaltou, também, que o mito das estatais ineficientes foi superado. 'É uma defesa da estatal útil aos brasileiros. Nossa campanha é de cuidado e zelo com o Brasil. A sociedade precisa compreender a importância da Petrobras e que essa política de desmonte representa: uma ameaça para o futuro do país', frisa.

PROCESSO

Durante a reunião, o professor-doutor em **Economia**, Eduardo Pinto (UFRJ), expôs o contexto do processo de desestatização da Petrobras, colocado em curso pelo governo Bolsonaro. Para ele, nem os mais liberais, que se preocupam com a questão da regulação, concordam com o processo a que a estatal brasileira está sendo submetida. O risco é que a venda de refinarias possa criar um monopólio privado.

'Isso indica uma alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais nas áreas de influência da maioria das refinarias à venda, sem garantia de aumento de competitividade que possa se refletir em uma redução de custo aos consumidores finais', explicou o especialista.

De acordo com o professor da UFRJ, a consequência dessa privatização será 'o aumento descontrolado dos preços dos combustíveis e seus derivados, e um provável desabastecimento do **mercado** interno por conta da falta de coordenação do setor e de investimentos que hoje são realizados pela Petrobras'.

Ele alertou ainda que, junto com as refinarias, o

governo Bolsonaro estará vendendo a exploração de todo um **mercado** regional no setor de combustíveis e derivados. 'Estão querendo privatizar toda uma estrutura de mercados regionais inteiros. Estão privatizando na verdade o **mercado**. Esse é o perigo, criar monopólios privados que fatalmente vão gerar aumentos descontrolados de preços e possíveis desabastecimentos, por conta da falta de concorrência e de novos investimentos', esclareceu.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_04

MOBILIZAÇÃO

O líder da Bancada do PT na Câmara, deputado Enio Verri (PT-PR), observou que a sociedade brasileira precisa ser alertada de que defender a Petrobras é defender o desenvolvimento econômico e social do País.

'Não podemos perder tempo. Temos que denunciar esse esquitejamento da Petrobras, mas temos que reconhecer que essa privatização é apenas parte do projeto do governo Bolsonaro de destruição da nação brasileira. Devemos defender a Petrobras não apenas por conta da empresa, mas pelo seu papel determinante na soberania nacional e na redução das desigualdades sociais e regionais', afirmou.

Já o deputado Bohn Gass (PT-RS) disse que as conclusões do estudo do professor da UFRJ devem ser levadas ao conhecimento de toda a sociedade, para que os riscos envolvendo a privatização da Petrobras possam ser avaliados pela população.

'Tudo neste governo é fake. Eles dizem que a privatização vai diminuir preço, dar mais eficiência, atrair investidores, e sabemos que tudo isso é falso. Porém, essa lorota é dita em todas as reformas feitas até hoje, e não trouxeram empregos, nem investimento, muito menos concorrência. Por isso temos que divulgar essas informações', observou.

RN - ECONOMIA

Na mesma linha, a deputada Natália Bonavides (PT-RN) defendeu que a estratégia de mobilização a ser adotada deveria ser a mesma utilizada pelo setor cultural para aprovar a Lei de Apoio à Cultura durante a pandemia, conhecida como Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020), proposta pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na Câmara.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_05

'Temos que fazer esse trabalho de formiguinha, em todos os municípios. Estamos juntos nessa luta, em defesa da Petrobras, da soberania nacional e dos direitos do povo, e contra esse governo genocida', destacou.

Sobre a campanha, o representante da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Eduardo Henrique, disse que a principal missão é mobilizar a sociedade para evitar a privatização da Petrobras.

'Precisamos ganhar a sociedade, constranger governadores que poderão ter em suas regiões milhares de desempregados, e unificar os petroleiros. E essa mobilização tem que ser constante, enquanto tivermos esse governo a Petrobras corre risco', afirmou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

Aguinaldo Ribeiro: Rejeito aumento de imposto. Venha com o nome que vier



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma tributária no Congresso Nacional, é taxativo com relação à impossibilidade de prosperar alguma proposta que implique aumento de imposto nas discussões que agora se intensificam sobre as mudanças no sistema tributário do país. 'Sou contra aumento de imposto. Seja qual for. Venha com o nome que vier', diz. Ele admite que não será desta vez que haverá uma redução da carga tributária. Mas crescimento é inadmissível. A reforma, garante, será para simplificar e tornar a cobrança de **tributos** mais justa.

Ele afirma que não há como avaliar a proposta de imposto digital, ou 'nova CPMF, porque não foi oficialmente apresentada pelo governo,

portanto não se sabe como seria esse tributo.

Nesta entrevista, Aguinaldo Ribeiro - relator da Comissão Mista de Reforma Tributária da Câmara e do Senado - explica o teor das três propostas em discussão, responde sobre os pontos mais polêmicos de cada um desses projetos e comenta sobre a política econômica do ministro Paulo Guedes.

Como está a reforma tributária atualmente no Congresso Nacional?

Começamos a discutir a reforma tributária na Proposta de Emenda Constitucional 45, que foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi, líder e presidente do MDB, que trata da unificação de cinco impostos - PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS. Posteriormente, tivemos a apresentação, no Senado, da PEC 110, que é mais extensa, ao ampliar a abrangência dessa unificação de impostos. Tem outras particularidades.

Recentemente, nos últimos doze dias, o governo enviou um projeto de lei que unifica o PIS e Cofins, e chamou de CBS, Contribuição sobre Bens e Serviços. Essas três propostas estão sendo discutidas no âmbito de uma Comissão Mista, criada por ato do presidente do Congresso Nacional. O presidente da Comissão é o senador Roberto Rocha, do PSDB do Maranhão. Fui relator da PEC 45, na Comissão Especial da Câmara e também sou o relator da Comissão Mista. Estamos na Comissão Mista avaliando todas as propostas, a da Câmara, a do Senado e agora a do Governo. Retomamos há pouco mais de uma semana o trabalho da Comissão Mista, que havia sido suspenso, em função da pandemia. Esse é um debate complexo, porque o nosso sistema tributário é complexo. Na última quarta-feira, tivemos a

retomada das audiências públicas com a participação do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, que foi explicar a proposta que o governo enviou e trata da contribuição sobre bens e serviços. Tivemos quase seis horas de discussão. Na próxima semana, vamos ouvir o presidente do Comsefaz e secretário da Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, e sua equipe técnica. Então, vamos cumprir o calendário para avançar na construção de um texto e, em seguida, levarmos à votação nas duas casas, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Entre essas três propostas, qual deve prevalecer nesta discussão da reforma?

Na Câmara, começou a discussão pela PEC 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi, e concebida pelo Centro de Cidadania Fiscal, dirigido pelo professor Bernard Appy. A proposta do Senado tem muitos aspectos convergentes com a PEC 45, assim como a que o governo enviou, a qual o ministro se referiu como parte de um todo. Esse projeto do governo também é acoplável à PEC 45. Na verdade, é uma parte da PEC 45, quando se entende que está unificando PIS e Confis. A PEC 45 é mais abrangente, porque unifica PIS e Confis e IPI, no âmbito federal; ICMS no estadual e ISS no municipal. A PEC 110 também unifica esses cinco, mas vai além ao incluir contribuições, como a Cide, e impostos como o IOF. Trata da tributação sobre propriedade, de importação, sobre aeronave. Então, é mais abrangente. Qual é nossa missão? Construir uma convergência que modifica nosso sistema tributária, que é extremamente complexo, distorcido e que trouxe, ao longo dos anos, uma regressividade muito grande. E quando estamos falando em regressividade, tratamos de algo que penaliza quem ganha menos, que impõe mais imposto a quem ganha menos; e menos a quem ganha

mais. Ou seja, uma carga tributária que é injusta.

Nossa ideia, com essa construção é ter uma carga tributária que possa ser distributiva, promovendo a justiça tributária. Esse é o desafio que temos na Comissão Mista. Isso vamos buscar. O sistema [tributária atual] é totalmente obscuro, sobretudo no consumo, porque se paga 'por dentro', ou seja, é embutido e não se tem ideia de quanto se paga de imposto. Por isso, a ideia é que se possa simplificar o sistema para reduzir o número de obrigações acessórias.

Quais as implicações de tantas exigências que se tem hoje nos sistema tributário?

No Brasil, hoje, gastamos 1.500 horas trabalhando para definir quanto se vai pagar de imposto. Essa média, nos países similares ao Brasil, é de 200 a 250 horas. Nos países mais avançado, temos uma média de 120 a 150 horas. Aqui está, portanto, em dez vezes mais. Isso implica em um custo altíssimo ao país. Reflete em um Custo Brasil e na redução da competitividade. Daí o grande desafio que temos: Construir um sistema que seja mais simples, mais justo, mais transparente e com segurança jurídica para evitar o contencioso tributário.

Qual a avaliação do senhor sobre uma possível proposta do governo para um novo imposto que seria para compensar a desoneração da folha?

A desoneração da folha não veio atrelada à proposta de CBS. Na verdade, não há proposta formal do governo em relação à desoneração da folha. Até agora há especulações e falas no sentido de desonerar a folha. Eu defendo também a desoneração da folha. No Brasil, temos um custo muito alto na folha de

pagamento, superior em relação a muitos países. Como nosso sistema tributária é muito oneroso ao país, estamos discutindo, no âmbito da Comissão, essa possibilidade. Mas temos de buscar a fonte de financiamento. Defendo que não tenha aumento de impostos. Não queremos aumentos de impostos nem da carga tributária. Queremos manter a carga tributária, já que não podemos diminuir. O ideal, em uma reforma tributária, seria reduzir impostos para que o país possa ser mais competitivo e ter um ambiente de negócios mais favorável para atrair investimentos, com geração de empregos, o que todos nós queremos. Mas, neste momento, não há possibilidade de redução de carga tributária. Estamos promovendo a discussão de mudança do sistema tributário em um ambiente no qual há um comprometimento fiscal no nosso país muito grande. Além do mais, nos vimos obrigados a aumentar os gastos, em função da pandemia. Isso de forma coerente, como todo mundo fez. Se o governo mandar uma proposta, em relação a como desonerar a folha, nos ajudará neste trabalho. Se for apenas especulação, estamos trabalhando em uma linha de buscar uma fonte discutindo com o próprio governo, os setores produtivos, os entes federados para que possamos chegar a um caminho como esse.

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, sinalizou que deve incluir a proposta de um imposto sobre operações digitais. Se for confirmada essa proposta, vai ser rejeitada pela Câmara?

Não sei o que é o imposto digital que eles estão falando...

O ministro até falou que nominar como 'nova CPMF' seria 'ignorância'...

Quem deve explicar para não haver nenhum

tipo de interpretação [equivocada] é o próprio governo. Se o governo envia um proposta informando o que é, fica mais fácil. Ninguém iria especular.

Mas não passaria na Câmara uma tributação desta natureza? Tem alguma chance de ser aprovado o imposto digital ou nova CPMF?

Eu não sei o que é precisamente, quando você se refere a imposto digital. O que é imposto digital? Você pode falar e discutir o que a OCDE está debatendo. No ambiente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, está sendo proposta uma tributação específica sobre companhias de tecnologia, big techs. Isso é uma discussão. Ainda não é uma solução que foi adotada. O mundo está debatendo. Portanto, ainda não sei o que é este imposto digital [que o governo cogita propor].

Esse no modelo da OCDE seria discutível?

Tenho afirmado que sou contra o aumento de imposto, seja qual for, venha com o nome que vier. Sou contrária a qualquer solução que tenha aumento de imposto ou de carga tributária. Já me referi a isso até como tentativa medieval. Não há espaço para aumento de imposto. A população não aguenta mais pagar tanto imposto e ter tão pouco no que o Estado é obrigado a lhe devolver na forma de saúde, educação, infraestrutura, justiça e segurança. Falar em penalizar o cidadão com aumento de carga tributária, sobretudo aqueles que pagam muito e ganham pouco... Não há ambiente na Câmara, no Parlamento brasileiro para isso. O resto é especulação. É necessário que se apresente a proposta e aí se discute e avalia a partir de um cenário específico.

Essa rejeição de aumento de carga tributária é só para quem já paga muito imposto?

Defendo uma redistribuição de carga tributária. Isso é importante levar em consideração. Precisamos repensar o momento que nós temos, construído ao longo de 35, 40 anos, em um país com outras características, com uma tributação basicamente sobre o consumo. Isso gerou uma distorção regressiva, penalizando os que ganham menos. Nesse cenário, para além do que está proposto nas PECs, há discussões nas comissões da Câmara e do Senado, propondo tributação sobre a renda e o patrimônio. É legítimo e oportuno que se faça um debate o mais amplo possível para redistribuir a carga tributária do país, fazendo justiça.

Há uma preocupação dos Estados, porque se prevalecer uma das propostas em discussão que acaba com a possibilidade da concessão de benefícios fiscais, com os quais hoje se tenta atrair empresas para estados do Nordeste... Está em análise algum Fundo de Desenvolvimento Regional para compensar os Estados nordestinos?

Sem dúvida, nós estamos promovendo uma mudança estrutural do sistema tributário brasileiro, que deve retirar a cobrança da origem para o destino e corrigir uma grave distorção de uma legislação difusa, com 27 regras que tratam de ICMS hoje. Imagine uma empresa de caráter nacional o tanto de estrutura que ela precisa ter para cuidar desta aérea tributária. Nesse sentido, essa medida corrige isso. A partir dessa correção se faz necessário ter um instrumento para manter as ferramentas de desenvolvimento regional do Nordeste, é claro que está nesta solução desenhada uma alternativa de criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional. Vamos negociar dentro desta construção para que estados como Rio Grande do Norte, Paraíba e os demais do Norte e Nordeste tenham os

instrumentos para promover suas políticas de atração e desenvolvimento industrial e econômico.

Os municípios se preocupam, por sua vez, com o risco perder competência se ISS estiver entre os impostos unificados. Mesma apreensão de Estados com relação ao ICMS. Como seriam compensados?

Em relação aos municípios, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) já externou o apoio à PEC 45. Mais do que isso, em relação à possibilidade de unificação de todos os impostos, porque seria uma redistribuição que beneficiaria a maioria dos municípios brasileiros. No âmbito das grandes cidades, há uma preocupação externada pela Federação Nacional de Prefeitos, que congrega mais as capitais, com uma possível redução de arrecadação. Vamos testar todos esses números e modelos. Na minha opinião, a base de serviço é crescente no mundo. Vai ser crescente nestes municípios. Essa arrecadação tende a aumentar. A base tende a aumentar. No diálogo, poderemos contribuir para retirar essa preocupação sobretudo dos municípios maiores. Com relação aos Estados, não vejo preocupação, sobretudo porque no próprio Comsefaz temos um diálogo muito amplo com eles. Estamos conversando. Os estados que poderiam ter perda garantiriam a compreensão em um período. É importante destacar um aspecto que é a transição. Essa transição vai evitar que qualquer estado tenha prejuízo com arrecadação. Lógico que, nestes modelos, se tiver uma perda significa, o que não acreditamos, há elemento de compensação e podemos discutir em um ambiente mais amplo e federativo.

Muito se fala da burocracia que o sistema tributária tem hoje. E a transição prevista em um das propostas é de dez anos. Este tempo

não pode acabar aumentando ou reforçando a burocracia?

Dez anos é para o setor produtivo e cinquenta anos para os estados. Isso na PEC 45. Na PEC 110 é um pouco menor. O que vai definir isso? É o teste dos modelos que vamos fazer com a Receita. A partir disso, podemos ter a possibilidade de reduzir a transição com relação aos setores produtivos e os estados. Isso é que vai determinar. Eu tenho a compreensão de que pode ser reduzido. Mas são os testes matemáticos que vão permitir verificar com clareza os prazos adequados para a transição.

Há possibilidade de aprovar ainda este ano a reforma tributária? Isso é importante para contribuir com a retomada depois de um ano que deve ter uma das maiores recessão da história do país por causa da pandemia?

Foi feito um estudo da Fundação Getúlio Vargas no qual se prevê um impacto positivo da reforma tributária de 20 pontos percentuais, para o PIB, nos próximos quinze anos. Então, nos próximos anos, no pós-pandemia, teríamos uma contribuição da reforma para o crescimento do país. Não podemos perder a oportunidade de avançarmos nesta proposta e aprovarmos ainda este ano. O Parlamento brasileiro aprovou três PECs mesmo com o plenário virtual. Então, se houver acordo, com todas as lideranças participando, é plenamente possível a mudança do sistema tributário ainda este ano. Além do que devemos destacar que existe o princípio da anterioridade. Se aprovarmos só em 2021, os efeitos da reforma, começa em 2022. Com isso, dilataríamos os prazos de transição e os frutos do impacto da reforma na nossa **economia** e crescimento do nosso PIB. Sem falar que, em 2021, no segundo semestre, provavelmente, começa a discussão da eleição presidencial, algo que

pode dificultar.

Sempre que se aborda reforma tributária, há algum debate sobre possibilidade de implantar tributação para grande fortunas. Mas, além disso, há valores e rendimentos obtidos sem geração de emprego e renda. Pensa em incluir no relatório mecanismos para incluir tributação de fortunas que não geram empregos, não estão aplicados em atividades produtivos? E também sobre dividendos?

O debate da tributação das grandes fortunas é complexo no mundo todo. Alguns países que adotaram tiveram resultados diversos do que esperavam. Mas esse é um debate importante que precisamos e vamos fazer. Tivemos nesta semana alguma discussão sobre o assunto. Tributação sobre distribuição de lucro e dividendos está posto na Comissão Mista e nas demais comissões da Câmara e do Senado. Isso deve ser discutido com o governo, que sinalizou ter intenção de propor essa tributação. Isso pode ser uma forma de distribuir carga tributária, gerando progressividade. Ou seja, tributando mais, quem ganha mais. Isso sem dúvida está no debate da reforma.

O senhor é favorável à tributação das grandes fortunas?

Estou fazendo um estudo. Como instrumento de progressividade, todos nós somos a favor. O desafio é como incluir uma tributação que tenha efetividade para não criar mais distorções. Vamos aprofundar na análise sobre tributação de renda e patrimônio. Mas esse debate o mundo tem feito.

Como o senhor vê o desempenho atual com relação à política econômica e o desempenho do ministro Paulo Guedes?

Estamos em um momento de pandemia. Precisamos ter tranquilidade para promover as mudanças estruturais que o país precisa. A agenda que o ministro Paulo Guedes tinha colocado no ano passado em grande parte converge e, para fazer justiça, é fruto do presidente Michel Temer, porque foi construída no Ponte para o Futuro. Se observar, toda essa agenda de reforma da Previdência, trabalhista, mudança na terceirização, autonomia no Banco Central, privatizações, toda essa agenda, foi construída pelo presidente Michel Temer. Quero aproveitar para fazer justiça ao presidente Michel Temer. Ele teve coragem de colocar uma agenda estruturante para o país. Queria fazer esse registro. Essa agenda é convergente. Talvez o ministro Paulo Guedes vai ter o desafio de manter suas posições liberais - que é a dos Chicago Boys (Economistas que estudaram na Universidade de Chicado) - em confronto ou de encruzilhada com o populismo, um caminho que se apresenta cada vez mais no futuro próximo [do governo].

Arrisca apontar qual a tendência que vai prevalecer? Se o liberalismo de Paulo Guedes ou a linha mais 'populista' do governo?

Espero que seja uma tendência na preservação do país, porque não se faz política de desenvolvimento social sem que se tenha equilíbrio econômico e geração de riqueza. Se o país não tiver as estruturas preservadas, não vai bem. Não terá riqueza para fazer política social. Quero esperar que tenha consenso para preservar o interesse do país.

E nesta circunstância de crise, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse em entrevista à TRIBUNA DO NORTE, que dificilmente o ministro Paulo Guedes terá condições de implementar sua política econômica liberal...

Os diversos países tiveram um expansão fiscal, gastos necessários, por conta da pandemia. Mas há sinais importantes que precisamos defender. Por exemplo, teto de gastos, aprovado inclusive no governo Michel Temer. O teto de gasto é um sinal importante para preservar o compromisso do país com a responsabilidade fiscal. Quero dizer que se faz necessário o equilíbrio dessas visões, não ter por mera política fiscalista, mas para não abandonar certos compromissos. Claro, pior do que gastar muito, é gastar mal. O ex-presidente Fernando Henrique sempre se refere nesta linha, na defesa desta flexibilidade.

O senhor tem sido citado como possível sucessor do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a partir de fevereiro do próximo ano. Existe essa articulação?

No momento, esse debate de sucessão não ajuda o país. Sou candidato a aprovar a reforma tributária. Estou focado nisso. Qualquer coisa fora disso não ajuda nem ao parlamento, nem à Câmara, nem ao país.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

A nova direita



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Gaudêncio Torquato

Jornalista, professor titular da USP e consultor político

Nasce e começa a ganhar volume no Brasil a nova direita, uma das estacas que compõem o bloco bolsonarista. O que vem a ser essa tendência, que perfis a integram e qual é a possibilidade de esse grupamento vir a se transformar em força decisiva no arco partidário nacional? Para começo de conversa, essa nova direita não escolheu o país como seu principal habitat. Designa um partido criado em 1918 em Israel, expande-se na Europa e finca raízes no seio da maior democracia ocidental, os Estados

Unidos, e na América Latina, sob uma imensa teia de fenômenos, como o autoritarismo, o nacionalismo, o conservadorismo, o populismo e a xenofobia, principais eixos de sua identidade.

A nova direita, por aqui, é bem diferente da direita clássica que esteve por trás do golpe militar de 64, apesar de agregar parcela dos remanescentes daquele período. Mas não é uma direita comprometida com golpes, viradas bruscas de mesa, reimplante de ditadura militar. Pode até reunir uma ala que ainda pensa nisso, mas a nova direita elege o conservadorismo como seu obelisco, a par de traços de populismo e autoritarismo, que podem ser adotados tanto por um ex-integrante das Forças Armadas - Jair Bolsonaro - como por um civil identificado com essas tendências. Portanto, o importante é o Que, não o Quem.

Nos Estados Unidos e na Europa, certamente contribuem para consolidar o fenômeno a defesa nacionalista, incorporada ao pensamento dos produtores rurais e de outros segmentos que se sentiram prejudicados pela invasão do seu território por 'alienígenas', outras culturas, outros centros mundiais de produção barata, como a China, imigrantes que desformam culturas locais com suas novas formas de pensar e de viver. Nos EUA, encontraram alguém que incorporou o ideário, Donald Trump, eleito pelo voto conservador. Na Europa, alguns países se retraem ante o fracasso de governantes de esquerda e dos impactos da globalização, que definiram novos posicionamentos, como o Brexit no Reino Unido.

Na Hungria, Victor Orban é um bastião contra

migrantes e refugiados, defendendo, inclusive, uma cerca de arame farpado para evitá-los. A islamofobia ganha corpo na esteira dos conflitos permanentes no Oriente Médio. Na Alemanha, três partidos de direita se formaram sob a lembrança da bandeira que lembra o nazifascismo. A crise econômica que se espalha pelas Nações aponta para o caminho da direita, como se este rumo fosse o mais adequado para levantar o progresso. Ao mesmo tempo, desenvolve-se o ideário da alternância de poder, que se apresenta como oxigênio para vitaminar regimes.

No Brasil, constata-se um estado geral de insatisfação que nasce no topo da pirâmide social e se desdobra até as margens. Mas essas continuam a eleger seus governantes por meio da equação custo/benefício. No meio, há contingentes que agem sob o império da mudança: 'não aguentamos mais, não suportamos essa carga de impostos, serviços precários, corrupção deslavada, dinheiro para alguns, escassez para outros'.

Os micros e pequenos produtores correm para a nova direita; comércio e prestadores de serviços, também. Oprimidos por **tributos** e burocracia, a eles se juntam. Representantes da velha direita, saudosos dos tempos do autoritarismo, represados até então em sua expressão, encontram no capitão uma janela para vocalizar anseios. Poucos defendem um regime militar. Mas a maior fatia desse núcleo se volta para a defesa da ordem, da disciplina, do direito de propriedade, contra a baderna e a devastação.

Por aí se estende o território da nova direita. No fundo, um posicionamento contra o 'status quo'. Terá sucesso? A depender das

circunstâncias, que colocam na vanguarda das preocupações a alavancagem da **economia**, a melhoria dos serviços públicos - saúde e educação - e a atenuação da violência na sociedade. Oportuno dizer que a índole brasileira tende a se afastar dos extremos e se guiar pela bússola da conciliação, da harmonia, da paz social. Por conseguinte, a vontade de fazer uma jornada em direção ao meio se apresenta como a melhor solução. Não somos um país com tanta beligerância como temos visto ultimamente. In médium virtus, a virtude está no meio.

Portanto, o amanhã será aberto com um sol brilhante ou sob nuvens plúmbeas. A escuridão abrigará a continuidade da polarização e dos extremos do arco ideológico. A clareza revitalizará nossa democracia e trará os ventos do bom senso. Para fechar, a angústia trazida pela pandemia precisa ser aliviada. Isso vai ter efeito nas urnas de 15 de novembro.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

A ala política do governo estuda prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até março de 2021. A ideia é que o benefício, atualmente em R\$ 600, seja reduzido para um valor entre R\$ 200 ou R\$ 300. A medida, entretanto, é vista com ressalvas pelo Ministério da **Economia** e precisa ser votada pelo Congresso.

O pagamento do auxílio emergencial está garantido até agosto, e o governo avalia eventuais consequências políticas na popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) caso ele seja extinto, sem uma alternativa viável. Sem a clareza sobre a

duração da pandemia, estudos para definir a extensão do auxílio já estão em curso.

Atraso no Renda Brasil é motivo

A extensão do auxílio emergencial seria uma forma de compensar um atraso no Renda Brasil, o grande programa social do governo Bolsonaro. O governo não deve concluir tão rapidamente quando gostaria os projetos e adequações de sistemas para criar o Renda Brasil, que deve unificar o Bolsa-Família, o abono salarial, o **salário**-família e o seguro defeso. A ideia é criar uma marca social para Bolsonaro porque o Bolsa-Família é uma herança do PT.

Para realizar seus planos, no entanto, o governo depende de outros fatores. A redução do valor do auxílio depende de aprovação do Congresso porque o valor de R\$ 600 está previsto em lei. Além disso, para ser estendido até março, o decreto que definiu o estado de calamidade precisaria ser renovado. A norma vence em dezembro e seria necessária uma nova votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A extensão da validade do decreto é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos e a lei de responsabilidade fiscal. Se as normas forem violadas, o Executivo pode cometer um crime de responsabilidade.

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Conta da pandemia chega a R\$ 700 bilhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nas palavras do presidente Jair Bolsonaro, a doença trazida pelo coronavírus não passaria de uma 'gripezinha'. Mas, como já dava para imaginar na época de sua troça, há cinco meses, o estrago causado pela pandemia no País não tem qualquer semelhança com o de um surto de gripe comum, tratada com vitamina C e cama - ou cloroquina, como prefere Bolsonaro.

Além das 100 mil vidas levadas pelo vírus e dos 3 milhões de brasileiros infectados até agora, incluindo o próprio presidente o volume de recursos usado para combater a pandemia e aliviar seus efeitos econômicos e sociais teve um efeito devastador nas finanças públicas. Não por acaso, a medida que abriu os cofres

públicos para o governo enfrentar a covid, articulada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi batizada de 'orçamento de guerra'.

Segundo um levantamento realizado pelo Estadão, com base em estimativas do governo e dos bancos, a pandemia deverá custar só em 2020 cerca de R\$ 700 bilhões, o equivalente a quase 10% do PIB (Produto Interno Bruto) e a R\$ 3,3 mil para cada brasileiro. Daria para pagar o Bolsa Família, já considerando o aumento de beneficiários ocorrido durante a crise, por 21 anos. Do ponto de vista das contas públicas, isso representa quase seis vezes o déficit previsto para este ano antes da pandemia, de R\$ 124,1 bilhões (veja o quadro abaixo).

'É um custo bem alto', diz o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, que assumiu o cargo no fim de julho, com a fatura do coronavírus já emitida e o desafio de administrar o problema. 'Em última instância, é uma conta que será paga por todos nós e pelas gerações futuras.'

Crise global

Se as previsões se confirmarem, a dívida pública bruta deverá subir 22,4 pontos percentuais neste ano, passando de 75,8% do PIB no fim de 2019 para 98,2% do PIB (como já anunciado pelo governo), um recorde histórico. É um salto sete vezes maior que o registrado em 2009, no auge da crise financeira global, e igual ao dos últimos seis anos somados, de 2013 a 2019, um dos períodos mais conturbados para as contas públicas e a **economia** nacional.

Como aconteceu na crise global, que acabou por jogar o País na pior recessão de todos os tempos, ainda que com anos de atraso, em

consequência da ganância promovida para tentar aliviar seus efeitos aqui, o estrago agora deverá ir muito além de 2020 - e em escala potencializada. 'A gente não pode nem pensar em ações que fragilizem a nossa situação fiscal', afirma Funchal. 'No futuro pós-pandemia, a nossa trajetória de consolidação fiscal tem de ser igual à da pré-pandemia.'

De acordo com as projeções do Tesouro, a dívida bruta do setor público deverá se manter relativamente estável nos próximos três anos e atingir seu pico, de 98,6% do PIB, em 2024. Só depois começará a cair, chegando a 92,2% do PIB em 2029. Alguns analistas traçam cenários ainda mais pessimistas, reforçando a percepção do próprio Funchal de que a situação poderá sair do controle se os gastos temporários da pandemia se transformarem em permanentes, como defendem muitos políticos e economistas por aí.

Austeridade

Um estudo realizado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, aponta que a dívida bruta, que deveria parar de crescer neste ano ou no próximo, segundo as previsões feitas antes da pandemia, poderá alcançar 100% do PIB já em 2022. Depois, seguirá em alta até 2030, quando chegará a 117,6% do PIB e só então começara a diminuir.

'Se antes da crise a gente já tinha o desafio de ajustar as contas e já era difícil fazer isso, depois da pandemia vai ficar ainda mais complicado, porque a União, os Estados e os municípios estarão numa situação fiscal ainda pior do que antes' diz o economista Felipe Salto, diretor executivo da IFI. 'Muitas pessoas estão comemorando, dizendo que agora nós superamos essa questão de austeridade fiscal, mas elas estão equivocadas, porque os problemas estruturais do País vão ser os

mesmos.'

Neste ano, o custo da pandemia ainda poderá ser agravado se as empresas não quitarem os **tributos** que tiveram a data de pagamento adiada - um valor calculado em R\$ 100 bilhões pelo Tesouro. Como os atrasados terão de ser pagos junto com os do quarto trimestre, os técnicos do Ministério da **Economia** temem que as empresas não tenham fôlego para fazer todos os recolhimentos.

Uma nova extensão do auxílio emergencial para os trabalhadores informais, que representa o maior custo da pandemia, também poderá consumir mais R\$ 200 bilhões, se o benefício for esticado até dezembro, como se discute hoje, elevando o custo da pandemia a quase R\$ 1 trilhão.

'Empoçamento'

Há, porém, alguns fatores ainda não contabilizados que poderão contribuir para que o País chegue ao fim do ano com um resultado um pouco melhor que o das projeções divulgadas até agora.

O gasto com **juros** da dívida pública, por exemplo, poderá ser bem menor do que indicam as estimativas oficiais e até do que o previsto antes da pandemia, mesmo com a queda do PIB, estimada em 4,7% pelo governo. Como as projeções do ministério estão relativamente defasadas, elas não espelham em toda a extensão a queda da taxa básica (Selic), para 2% ao ano, adotada na correção de cerca de 60% da dívida pública.

Hoje, o Tesouro ainda prevê um gasto com **juros** de R\$ 350 bilhões em 2020 (4,8% do PIB), enquanto a mediana das estimativas dos bancos, segundo o Relatório Focus de 31 de julho, já aponta para uma despesa de cerca de

R\$ 290 bilhões (4% do PIB) - R\$ 60 bilhões a menos que as projeções oficiais.

O governo também poderá ter uma surpresa positiva se parte dos R\$ 35,9 bilhões repassados ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para viabilizar a liberação de financiamentos para micros, pequenas e médias empresas pelos bancos, voltar aos cofres públicos. Como o governo nem conta com esse dinheiro, repassado praticamente a fundo perdido, tudo que entrar no caixa vai contribuir para aliviar o custo da pandemia.

Outro fator que pode amenizar a conta é a sobra de recursos do orçamento original de 2020, aprovado antes da covid - um fenômeno chamado pelos economistas de 'empoçamento'. Como muitos ministérios se concentraram em ações ligadas à pandemia, não conseguiram tocar vários projetos programados para este ano. No primeiro semestre, segundo Funchal, o 'empoçamento' desses recursos atingiu o valor recorde de R\$ 31 bilhões.

Até no chamado 'orçamento de guerra' isso está ocorrendo. Da verba de R\$ 510 bilhões liberada pelo governo, apenas R\$ 273,8 bilhões (53,7%) haviam sido gastos até agora, segundo o Painel do Orçamento Federal. Outros R\$ 123,3 bilhões (24,2%) estão comprometidos com pagamentos, mas ainda não saíram do caixa. Mesmo que parte dos R\$ 110 bilhões restantes seja usada até dezembro, ainda poderá haver uma boa sobra para reforçar o caixa.

Somando tudo, pode ser que a conta da pandemia em 2020 acabe sendo um pouco menor que o previsto. Se isso acontecer, será um alívio bem-vindo para as combalidas finanças públicas do País.

'A gente não pode nem pensar em fragilizar a nossa situação fiscal'

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, assumiu o cargo no 'olho do furacão', quando o governo teve de deixar de lado o esforço fiscal e abrir os cofres para atender às demandas trazidas pela pandemia. Nesta entrevista, ele fala sobre o impacto colossal da covid nas contas públicas e a importância de retomar a política de austeridade no pós-pandemia, para evitar uma crise de confiança em relação à capacidade de o País administrar uma dívida que deve roçar os R\$ 7 trilhões neste ano.

Do ponto de vista fiscal, como o sr. analisa o volume de gastos públicos na pandemia?

O aumento de gastos nesse período era necessário. Como estamos falando de vida, é bem razoável que você tome medidas excepcionais para poder lidar com o problema. Foi um movimento que ocorreu no mundo todo, para poder fazer frente à pandemia e ao grande cenário de incertezas que ela trouxe, não só em relação a como lidar com a doença, mas também sobre como a **economia** iria reagir. Agora, é um custo bem alto. É uma conta que, em última instância, vai ser paga por todos nós e pelas gerações futuras.

Qual o impacto real da pandemia nas contas públicas?

A gente saiu de um déficit primário projetado pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de R\$ 124 bilhões para um déficit de quase R\$ 800 bi. Além desses R\$ 124 bilhões já contratados, foram mais R\$ 500 bilhões em despesas, equivalentes a 7,5% do PIB, para proteger os mais vulneráveis, garantir os empregos e dar liquidez para as empresas, e mais R\$ 20 bilhões em reduções e desonerações tributárias. Tem também a

frustração de receita, porque a gente achava que o PIB iria crescer 2,5% a 3% neste ano e vai cair 4,7% pelas projeções da Secretaria de Política Econômica (SPE). No total, considerando uma despesa com **juros** de 4,8% do PIB, a gente projeta um déficit nominal de 16,1% do PIB em 2020. Essa diferença que estamos adicionando, em relação ao que estava previsto no orçamento, vai se refletir na nossa dívida.

Alguns analistas dizem que quase toda a verba liberada na pandemia foi para aliviar seu impacto social e econômico e que a parte da saúde, para prevenção e combate à doença, foi muito baixa, cerca de 10% do total. Como o sr. vê essas críticas?

Desde o início da pandemia, a maior prioridade do governo, do ministro (Paulo) Guedes, era não faltar recursos para a saúde, enquanto houvesse demanda. Além disso, dos R\$ 60 bilhões direcionados a Estados e municípios, R\$ 10 bilhões foram destinados à saúde. Os outros R\$ 50 bilhões eram desvinculados, mas foi um pedido dos próprios Estados e municípios, para ter maior liberdade de aplicar o dinheiro. No fundo, o atendimento na saúde acontece na ponta. Então, o importante era irrigar de recursos os entes subnacionais para que eles pudessem fazer a gestão. É o gestor que está na ponta que sabe onde o dinheiro é mais necessário. Como houve uma redução grande de receita também nos Estados e municípios e um rearranjo de recursos para a saúde acabou faltando dinheiro em outras áreas, para rodar a máquina.

Tudo isso vai exigir um grande esforço do governo para reequilibrar as contas públicas. Qual a sua avaliação sobre o quadro fiscal nos próximos anos?

É preciso ter em mente que a gente está

passando por um choque temporário. À medida que a **economia** se recuperar, as nossas ações têm de voltar para a agenda pré-crise. Não pode tornar permanente o que é temporário, para não deteriorar mais o quadro fiscal. No futuro pós-pandemia, a nossa trajetória de consolidação fiscal tem de ser igual à do pré-pandemia. Nosso endividamento é muito alto. A gente não pode nem pensar em ações que fragilizem a nossa situação fiscal. Com a manutenção do teto de gastos e o período que a gente terá de **juros** baixos, podemos controlar a dívida e fazer um esforço para voltar a um nível de endividamento mais razoável.

O que pode acontecer se isso não for feito?

Se a gente transformar essas medidas temporárias em despesas permanentes, as expectativas em relação às contas públicas vão piorar muito. Se a gente perder a credibilidade em relação à estabilidade da nossa dívida, o reflexo nos **juros** será imediato. Aí vamos ter uma combinação de **juros** altos com dívida alta. A gente estará flertando com um risco fiscal altíssimo. Por isso é importante retomar a agenda de consolidação fiscal e fortalecer o teto de gastos. É ele que ancora as expectativas e faz com que todos acreditem que as despesas estão controladas e as taxas de juro fiquem baixas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

"Retomada da economia passa essencialmente por ações de Governo", diz ex-reitor da Ufersa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O professor Josivan Barbosa, ex-reitor da Universidade Federal Rural do Semi Árido, defende a teoria de que a retomada da **economia**, no período pós pandemia, passa essencialmente por ações de governo. Investimento e conclusão de investimentos já em andamento.

O objetivo da entrevista é fortalecer o debate político, visando as próximas eleições, com informações técnicas, em todas as áreas de desenvolvimento e também de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Neste domingo, 9, vamos conversar com Ivênio Hermes, especialista em Segurança Pública.

Durante a entrevista, o ex-reitor que transformou a ESAM em Ufersa, falou sobre suas origem humilde na zona rural de Caraúbas, como chegou a Mossoró, as dificuldades que encontrou para começar a estudar aos 9 anos, trabalhar vendendo vassouras, se graduar, se tornar professor, mestre e hoje doutor.

Confira

Barbosa faz referência direto a transposição das águas da Barragem de Santa Cruz para a Chapada do Apodi e a exploração nesta região, que tem um dos solos mais férteis do mundo, para a produção agrícola sem o uso de agrotóxicos.

Este empreendimento começou há vários anos. Já recebeu mais de 100 milhões em investimentos e precisa de pelo mais o dobro para se concretizar. Trata-se de um canal para levar água das imediações da barragem de Santa Cruz para uma altura de 60 metros.

Nos cálculos do professor, este empreendimento geraria milhares de empregos, não só na região de Felipe Guerra, Apodi, Severiano Melo, Itaú, Rodolfo Fernandes, mas também para a região de Mossoró e Baraúnas, Governador Dix Sept Rosado e Caraúbas.

Outra importante obra para o benefício direto de Mossoró, é a conclusão da instalação da Adutora de Santa Cruz. Este empreendimento também já foi iniciado e recebeu uma grande soma de investimento do Governo Federal. Seria um desperdício não concluir.

Falta um trecho na região da cidade de Apodi e outro na região de Mossoró. Assim como a Adutora Jerônimo Rosado, que abastece Mossoró com água da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a Santa Cruz iria injetar água doce no sistema de distribuição de água em Mossoró.

Ao aumentar a demanda de água no sistema, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, ou quem estiver com outorga para gerir a distribuição de água em Mossoró, reduzirá automaticamente a quantidade de água calcária e as tubulações vão fechar menos.

Com mais água, a CAERN vai conceder mais autorização para Mossoró crescer, tanto vertical como horizontal, gerando emprego e renda, em inúmeros investimentos nas regiões do Nova Mossoró, dos Abolições, do Cidade Oeste, do Sumaré e do Dom Jaime Câmara.

Josivan Barbosa disse que o próximo reitor da UFERSA terá uma missão fundamental para o município de Mossoró, oeste do RN. É atrair para Mossoró uma espécie de incubadora de empresas que está sendo estruturada pela Universidade Federal do RN em Jundiá.

Outra missão da UFERSA, com apoio da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, segundo Josivan Barbosa, é construir o Hospital Universitário, que segundo ele é o que consolida os cursos nas áreas de saúde, gerando pelo menos mil novos empregos.

Para o comércio de Mossoró, Barbosa defende a construção de dois novos mercados públicos em Mossoró, sendo um novo vucovuco e um novo **mercado** público normal, para receber

centenas de ambulantes que atualmente estão tomando as ruas do Centro de Mossoró.

Sobre logística, Josivan Barbosa diz que é um erro apenas duplicar a BR 304. Ele defende que é melhor construir uma BR no litoral norte do Estado, praticamente levar a BR 406 de Macau ao município de Aracati, permitindo assim o crescimento econômico do litoral.

Segundo ele, fazendo apenas uma terceira via em alguns trechos da BR 304 já seria o suficiente para o trânsito fluir, se existisse a interligação da BR 406, em Macau, a BR 304, em Aracati. Sobre a construção de ferrovia ou porto, deixou a entender que precisa de mais estudos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

"Retomada da economia passa essencialmente por ações de Governo", diz ex-reitor da Ufersa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O professor Josivan Barbosa, ex-reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, defende a teoria de que a retomada da **economia**, no período pós-pandemia, passa essencialmente por ações de governo. Investimento e conclusão de investimentos já em andamento.

O objetivo da entrevista é fortalecer o debate político, visando as próximas eleições, com informações técnicas, em todas as áreas de desenvolvimento e também de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Neste domingo, 9, vamos conversar com Ivênio Hermes, especialista em Segurança Pública.

Durante a entrevista, o ex-reitor que transformou

a ESAM em Ufersa, falou sobre suas origem humilde na zona rural de Caraúbas, como chegou a Mossoró, as dificuldades que encontrou para começar a estudar aos 9 anos, trabalhar vendendo vassouras, se graduar, se tornar professor, mestre e hoje doutor.

Confira

Barbosa faz referência direto a transposição das águas da Barragem de Santa Cruz para a Chapada do Apodi e a exploração nesta região, que tem um dos solos mais férteis do mundo, para a produção agrícola sem o uso de agrotóxicos.

Este empreendimento começou há vários anos. Já recebeu mais de 100 milhões em investimentos e precisa de pelo mais o dobro para se concretizar. Trata-se de um canal para levar água das imediações da barragem de Santa Cruz para uma altura de 60 metros.

Nos cálculos do professor, este empreendimento geraria milhares de empregos, não só na região de Felipe Guerra, Apodi, Severiano Melo, Itaú, Rodolfo Fernandes, mas também para a região de Mossoró e Baraúnas, Governador Dix Sept Rosado e Caraúbas.

Outra importante obra para o benefício direto de Mossoró, é a conclusão da instalação da Adutora de Santa Cruz. Este empreendimento também já foi iniciado e recebeu uma grande soma de investimento do Governo Federal. Seria um desperdício não concluir.

Falta um trecho na região da cidade de Apodi e outro na região de Mossoró. Assim como a Adutora Jerônimo Rosado, que abastece Mossoró com água da Barragem Armando

Ribeiro Gonçalves, a Santa Cruz iria injetar água doce no sistema de distribuição de água em Mossoró.

Ao aumentar a demanda de água no sistema, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, ou quem estiver com outorga para gerir a distribuição de água em Mossoró, reduzirá automaticamente a quantidade de água calcária e as tubulações vão fechar menos.

Com mais água, a CAERN vai conceder mais autorização para Mossoró crescer, tanto vertical como horizontal, gerando emprego e renda, em inúmeros investimentos nas regiões do Nova Mossoró, dos Abolições, do Cidade Oeste, do Sumaré e do Dom Jaime Câmara.

Josivan Barbosa disse que o próximo reitor da UFERSA terá uma missão fundamental para o município de Mossoró, oeste do RN. É atrair para Mossoró uma espécie de incubadora de empresas que está sendo estruturada pela Universidade Federal do RN em Jundiá.

Outra missão da UFERSA, com apoio da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, segundo Josivan Barbosa, é construir o Hospital Universitário, que segundo ele é o que consolida os cursos nas áreas de saúde, gerando pelo menos mil novos empregos.

Para o comércio de Mossoró, Barbosa defende a construção de dois novos mercados públicos em Mossoró, sendo um novo vucó vucó e um novo **mercado** público normal, para receber centenas de ambulantes que atualmente estão tomando as ruas do Centro de Mossoró.

Sobre logística, Josivan Barbosa diz que é um erro apenas duplicar a BR 304. Ele defende que é melhor construir uma BR no litoral norte do Estado, praticamente levar a BR 406 de

Macau ao município de Aracati, permitindo assim o crescimento econômico do litoral.

Segundo ele, fazendo apenas uma terceira via em alguns trechos da BR 304 já seria o suficiente para o trânsito fluir, se existisse a interligação da BR 406, em Macau, a BR 304, em Aracati. Sobre a construção de ferrovia ou porto, deixou a entender que precisa de mais estudos

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

"Retomada da economia passa por ações de Governo", diz ex-reitor da Ufersa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O professor Josivan Barbosa, ex-reitor da Universidade Federal Rural do Semi Árido, defende a teoria de que a retomada da **economia**, no período pós pandemia, passa essencialmente por ações de governo. Investimento e conclusão de investimentos já em andamento.

O objetivo da entrevista é fortalecer o debate político, visando as próximas eleições, com informações técnicas, em todas as áreas de desenvolvimento e também de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Neste domingo, 9, vamos conversar com Ivênio Hermes, especialista em Segurança Pública.

Durante a entrevista, o ex-reitor que transformou a ESAM em Ufersa, falou sobre suas origem humilde na zona rural de Caraúbas, como chegou a Mossoró, as dificuldades que encontrou para começar a estudar aos 9 anos, trabalhar vendendo vassouras, se graduar, se tornar professor, mestre e hoje doutor.

Confira

Barbosa faz referência direto a transposição das águas da Barragem de Santa Cruz para a Chapada do Apodi e a exploração nesta região, que tem um dos solos mais férteis do mundo, para a produção agrícola sem o uso de agrotóxicos.

Este empreendimento começou há vários anos. Já recebeu mais de 100 milhões em investimentos e precisa de pelo mais o dobro para se concretizar. Trata-se de um canal para levar água das imediações da barragem de Santa Cruz para uma altura de 60 metros.

Nos cálculos do professor, este empreendimento geraria milhares de empregos, não só na região de Felipe Guerra, Apodi, Severiano Melo, Itaú, Rodolfo Fernandes, mas também para a região de Mossoró e Baraúnas, Governador Dix Sept Rosado e Caraúbas.

Outra importante obra para o benefício direto de Mossoró, é a conclusão da instalação da Adutora de Santa Cruz. Este empreendimento também já foi iniciado e recebeu uma grande soma de investimento do Governo Federal. Seria um desperdício não concluir.

Falta um trecho na região da cidade de Apodi e outro na região de Mossoró. Assim como a Adutora Jerônimo Rosado, que abastece Mossoró com água da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a Santa Cruz iria injetar água doce no sistema de distribuição de água em Mossoró.

Ao aumentar a demanda de água no sistema, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, ou quem estiver com outorga para gerir a distribuição de água em Mossoró, reduzirá automaticamente a quantidade de água calcária e as tubulações vão fechar menos.

Com mais água, a CAERN vai conceder mais autorização para Mossoró crescer, tanto vertical como horizontal, gerando emprego e renda, em inúmeros investimentos nas regiões do Nova Mossoró, dos Abolições, do Cidade Oeste, do Sumaré e do Dom Jaime Câmara.

Josivan Barbosa disse que o próximo reitor da UFERSA terá uma missão fundamental para o município de Mossoró, oeste do RN. É atrair para Mossoró uma espécie de incubadora de empresas que está sendo estruturada pela Universidade Federal do RN em Jundiá.

Outra missão da UFERSA, com apoio da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, segundo Josivan Barbosa, é construir o Hospital Universitário, que segundo ele é o que consolida os cursos nas áreas de saúde, gerando pelo menos mil novos empregos.

Para o comércio de Mossoró, Barbosa defende a construção de dois novos mercados públicos em Mossoró, sendo um novo vucovuco e um novo **mercado** público normal, para receber

centenas de ambulantes que atualmente estão tomando as ruas do Centro de Mossoró.

Sobre logística, Josivan Barbosa diz que é um erro apenas duplicar a BR 304. Ele defende que é melhor construir uma BR no litoral norte do Estado, praticamente levar a BR 406 de Macau ao município de Aracati, permitindo assim o crescimento econômico do litoral.

Segundo ele, fazendo apenas uma terceira via em alguns trechos da BR 304 já seria o suficiente para o trânsito fluir, se existisse a interligação da BR 406, em Macau, a BR 304, em Aracati. Sobre a construção de ferrovia ou porto, deixou a entender que precisa de mais estudos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

partido) caso ele seja extinto, sem uma alternativa viável. Sem a clareza sobre a duração da pandemia, estudos para definir a extensão do auxílio já estão em curso.

A extensão do auxílio emergencial seria uma forma de compensar um atraso no Renda Brasil, o grande programa social do governo Bolsonaro. O governo não deve concluir tão rapidamente quando gostaria os projetos e adequações de sistemas para criar o Renda Brasil, que deve unificar o Bolsa-Família, o abono salarial, o **salário**-família e o seguro defeso. A ideia é criar uma marca social para Bolsonaro porque o Bolsa-Família é uma herança do PT.

Fonte: Uol/Fonte: Portal Grande Ponto

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Autor: Robson Freitas

Marcos Corrêa/PR

A ala política do governo estuda prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até março de 2021. A ideia é que o benefício, atualmente em R\$ 600, seja reduzido para um valor entre R\$ 200 ou R\$ 300. A medida, entretanto, é vista com ressalvas pelo Ministério da **Economia** e precisa ser votada pelo Congresso.

O pagamento do auxílio emergencial está garantido até agosto, e o governo avalia eventuais consequências políticas na popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem

Governo estuda manter auxílio emergencial com valor menor até março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

A ala política do governo estuda prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até março de 2021. A ideia é que o benefício, atualmente em R\$ 600, seja reduzido para um valor entre R\$ 200 ou R\$ 300. A medida, entretanto, é vista com ressalvas pelo Ministério da **Economia** e precisa ser votada pelo Congresso.

O pagamento do auxílio emergencial está garantido até agosto, e o governo avalia eventuais consequências políticas na popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) caso ele seja extinto, sem uma alternativa viável. Sem a clareza sobre a

duração da pandemia, estudos para definir a extensão do auxílio já estão em curso.

Atraso no Renda Brasil é motivo

A extensão do auxílio emergencial seria uma forma de compensar um atraso no Renda Brasil, o grande programa social do governo Bolsonaro. O governo não deve concluir tão rapidamente quando gostaria os projetos e adequações de sistemas para criar o Renda Brasil, que deve unificar o Bolsa-Família, o abono salarial, o **salário**-família e o seguro defeso. A ideia é criar uma marca social para Bolsonaro porque o Bolsa-Família é uma herança do PT.

Para realizar seus planos, no entanto, o governo depende de outros fatores. A redução do valor do auxílio depende de aprovação do Congresso porque o valor de R\$ 600 está previsto em lei. Além disso, para ser estendido até março, o decreto que definiu o estado de calamidade precisaria ser renovado. A norma vence em dezembro e seria necessária uma nova votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A extensão da validade do decreto é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos e a lei de responsabilidade fiscal. Se as normas forem violadas, o Executivo pode cometer um crime de responsabilidade.

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasil gasta com folha de pagamento de servidores 3,5 vezes mais do que com saúde



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: José Cruz/Agência Brasil

O Brasil gastou com a folha de pagamentos dos servidores públicos 3,5 vezes mais do que com a saúde e o dobro com educação, aponta diagnóstico do Instituto Millenium que lança nesta segunda-feira a campanha 'Destrava' para pressionar pela aprovação da reforma administrativa, que prevê uma reestruturação do RH do Estado, pelo Congresso até o fim do ano.

Em 2019, foram desembolsados R\$ 928 bilhões para pagar servidores públicos federais, estaduais e municipais das três esferas do

Poder, o equivalente a 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto os gastos com saúde somaram 3,9% do PIB, a educação recebeu 6% do PIB, de acordo com os cálculos do instituto.

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, chegou a anunciar, no início do ano, que a proposta estava pronta, mas o presidente Jair Bolsonaro engavetou o texto e desistiu de encaminhá-lo ao Congresso, após pressão do funcionalismo público e parlamentares com vínculo com servidores.

Entre as mudanças que a equipe econômica propôs a Bolsonaro estavam a redução no número de carreiras, que ultrapassa 300, e a restrição da estabilidade apenas para algumas carreiras de Estado, depois de dez anos de estágio probatório.

O Millenium, um think tank (centro de pensamento) brasileiro de inspiração liberal, traçou uma radiografia do desempenho e eficiência dos servidores públicos no País, em parceria com a consultoria de Data Science ODX. O estudo, ao qual o Estadão teve acesso, foi feito com uso de tecnologias de inteligência artificial e técnicas de análise de big data (capacidade de retirar valor de uma grande quantidade de dados em velocidade rápida). Analisa os encargos da máquina pública com pessoal nos últimos 30 anos, os impactos do engessamento orçamentário com pessoal e o grau de urgência reforma administrativa.

Depois do envio da primeira parte da reforma tributária pelo governo, a pressão pela

aprovação da reforma administrativa se intensificou junto com a pressão por aumento de gastos, queda dos investimentos, crescimento da dívida pública e risco de flexibilização do teto de gastos - a regra que trava o crescimento das despesas à variação da inflação.

Reforma Administrativa

A apresentação da proposta de reforma administrativa é considerada uma prerrogativa exclusiva do Executivo. Ao Estadão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou do governo a proposta para que a Casa possa começar a discutir o texto para se evitar uma 'gambiarra fiscal' nesse momento de crise.

'O gasto com pessoal drena recursos, que iriam para os investimentos, públicos e pressionam a dívida pública, que permanece com viés de alta, mesmo com a inflação e a taxa básica de **juros** controladas', diz Priscila Pereira Pinto, CEO do Instituto Millenium.

Segundo Priscila, o instituto decidiu encabeçar a campanha porque, com a crise econômica provocada pela covid-19, o Estado brasileiro 'está quebrando' e recolhendo cada vez menos impostos. Na sua avaliação, não adianta pensar somente em reforma tributária e privatizações.

'O Millenium acha importante voltarmos a pressionar o governo tanto o Executivo como o Legislativo a retomar a conversa da reforma administrativa', diz. Ela alerta que o gasto com o funcionalismo vem aumentando e não houve corte no meio da pandemia, enquanto os trabalhadores do setor privado sofreram muito.

Segundo dados oficiais do governo, 9,5 milhões de trabalhadores tiveram o contrato suspenso ou o **salário** reduzido por causa dos efeitos da covid-19 na **economia**. A taxa oficial de desemprego no País subiu para 13,3% no trimestre encerrado em junho, atingindo 12,8 milhões de pessoas, com um fechamento de 8,9 milhões de postos de trabalho em apenas três meses em meio aos impactos da pandemia.

Pelo diagnóstico do instituto, dos 63,7 milhões de brasileiros que compõem a população ocupada, estima-se que 11,4 milhões tenham algum tipo de vínculo empregatício direto com o setor público (entre os celetistas mais estatutários). Hoje, os servidores públicos estatutários têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovados em avaliação de desempenho. Quem faz concurso para empresas e sociedades de **economia** mista é chamado de empregado público e está submetido ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O funcionalismo público é composto 9,77 milhões de funcionários, o que representa 21% dos 46 milhões de postos formais existentes atualmente no Brasil.

O levantamento mostra que o patamar médio de salários do funcionalismo público federal coloca seus servidores no grupo dos 6% mais ricos, portanto, menos expostos à chamada regressividade do sistema tributário brasileiro (quadro que evidencia que quem ganha paga proporcionalmente menos impostos). A crítica é que essa situação faz com que as atuais regras do serviço público atuem como um distribuidor de renda às

avessas, ou seja, um formato que acentua desigualdades sociais.

Só em 2019, os mais de 605 mil funcionários federais civis, por exemplo, custaram R\$ 319 bilhões de reais, 21 vezes mais do que os recursos investidos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto).

O estudo também escancara a disparidade em relação à iniciativa privada. Se as 30 ocupações estatutárias mais numerosas do serviço público recebessem a remuneração do seu equivalente no setor privado, haveria uma **economia** de aproximadamente R\$ 15 bilhões por mês aos cofres públicos, segundo os cálculos do estudo.

Para Priscila, fica claro também a ineficiência do sistema de avaliação: 95% dos funcionários recebem bonificação máxima por seu desempenho. Das 440 rubricas salariais, 369 não têm equivalência no setor privado.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo e Congresso negociam três propostas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

As discussões sobre uma reforma tributária para unificar e simplificar os **tributos** sobre o consumo ganhou força em 2019 com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45, elaborada pelo CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) e apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

Conhecida como a proposta da Câmara, o texto unifica cinco **tributos** -três federais, um estadual e um municipal- em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), sistema utilizado na maioria dos países desenvolvidos para tributar bens e serviços.

Após ganhar o apoio de governadores, que concordaram em incluir o ICMS na reforma, desde que fossem feitas algumas mudanças no texto original, a tramitação da proposta foi atropelada pela apresentação de um outro texto pelo Senado, a PEC 110, que também previa um IVA, mas com regras diferentes, inspirada nos trabalhos do ex- deputado Luiz Carlos Hauly.

As duas Casas formaram uma comissão mista para buscar um consenso, mas os trabalhos ficaram paralisados por conta da pandemia.

No mês passado, o Ministério da **Economia** apresentou a sua proposta de um IVA, mas incluindo apenas dois **tributos** federais (PIS e Cofins), deixando estados e municípios de fora. O projeto vinha sendo prometido desde o ano passado.

O governo ainda pretende mandar outras propostas de reforma tributária, que tratam de Imposto de Renda, tributação da folha de pagamentos e um tributo sobre movimentações financeiras que o ministro Paulo Guedes (**Economia**) jura não ser uma nova versão da antiga CPMF.

A possibilidade de aprovação de um desses textos ainda é vista com ceticismo por especialistas, principalmente diante da resistência do setor de serviços, que avalia que as mudanças vão reduzir a tributação de bens e encarecer a dos serviços.

O post Governo e Congresso negociam três

propostas apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Fecomércio: Senac RN inicia retorno gradual das aulas presenciais nas unidades de Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

De acordo com o Decreto da Prefeitura Municipal de Natal N.º 12.014, de 30 de julho de 2020, que autoriza o retorno das aulas presenciais em escolas de treinamentos, cursos profissionalizantes e de reciclagem profissional e seguindo todas as recomendações de segurança sanitária definidas pela Organização Mundial de Saúde, o **Senac** RN inicia, a partir da próxima segunda-feira (10), o retorno gradual das aulas presenciais.

Retornam presencialmente, neste primeiro momento, as seguintes turmas que estavam anteriormente em andamento e foram

paralisadas em virtude da Pandemia:

No dia 10 de agosto:

Turma 26/2020/14 - Design de Sobrancelhas - **Senac** Zona Norte

Turma 23/2019/14 - Técnico em Enfermagem - **Senac** Zona Norte

Turma 94/2019/13 - Cozinheiro - **Senac Barreira Roxa**

Turma 193/2020/11 - Photoshop - **Senac** Alecrim

No dia 11 de agosto:

Turma 25/2020/13 - Comida de Boteco - **Senac Barreira Roxa**

As demais turmas da capital potiguar retornarão as atividades presenciais gradualmente. Todos os alunos serão contatados previamente pelo **Senac**, bem como a lista de turmas será divulgada nos canais oficiais da instituição. Nas unidades do **Senac** instaladas no interior do RN, o retorno das atividades presenciais ocorrerá de acordo com a liberação pelos órgãos competentes.

Para atender a todos os critérios exigidos, garantindo segurança e bem estar para alunos e colaboradores, o **Senac** RN executou um amplo processo de adequações. Todos os colaboradores passaram por treinamento sobre protocolos de segurança, com revisão de estruturas de atendimento, salas de aula, além

da criação de um rigorosos protocolos internos de biossegurança, aprovados pela Vigilância Sanitária.

Confira:

PROCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA
SENAC

Assista o vídeo e confira como estão nossas unidades após todas as adequações:
RETOMADA SEGURA **SENAC** RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA

Matheus Feitosa, da AEBA: "Temos prejuízo de R\$ 100 milhões"



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

O mais tradicional endereço do comércio popular de Natal, o Bairro do Alecrim, sofreu um forte impacto financeiro com a pandemia do novo coronavírus. Estimativas iniciais apontam que R\$ 100 milhões deixaram de circular nas lojas e camelôs instalados no local, segundo a Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA).

Conforme o vice-presidente da entidade, Matheus Feitosa, a expectativa é de mudança gradual do cenário, começando com as vendas voltadas para o Dia dos Pais, a primeira data comemorativa após a retomada gradual da **economia**. A comercialização de produtos

diversos, porém, não será suficiente para sanar o rombo financeiro causado pelo novo coronavírus. A recomposição, segundo Matheus Feitosa, deverá consumir alguns anos.

Sobre esse e outros assuntos, ele falou à TRIBUNA DO NORTE. Confira na entrevista a seguir.

Quais são as expectativas para os comerciantes do Alecrim a partir de agora, com a reabertura integral dos estabelecimentos comerciais no bairro?

A maioria dos lojistas já vinha trabalhando para que o comércio reabrisse da melhor forma possível. No período de junho e julho, conseguimos aproveitar alguma coisa para as vendas do São João, por causa dos eventos em casa, para as lives que tiveram pedidos que foram bastante aproveitados. O comércio se movimentou de alguma forma, não somente por meio dos serviços de entrega, das vendas virtuais, mas também com as vendas presenciais. Nesse mês de agosto, há uma boa aquecida nas vendas devido ao período do Dia dos Pais. Se aproveitou para se fazer promoções focando em não causar aglomerações, mas chamando atenção do cliente e mostrando que o estabelecimento está bem equipado com os equipamentos de proteção individual e cumprindo as regras que orientam os Decretos como a parte de utilização de máscaras, medição de temperatura, uso de álcool líquido ou em gel e também a questão dos colaboradores que estão bem orientados a como se comportar dentro dos estabelecimentos como também com os clientes. Há uma orientação de como fazer e manter o distanciamento: a gente orienta para que famílias inteiras não entrem nos

estabelecimentos, mas somente uma pessoa de cada família. A gente pede que priorize, que somente vá às compras e pegue os produtos uma pessoa do grupo da família para evitar aglomerações, porque o que a gente vê tanto no bairro do Alecrim como nos shoppings, agora com a reabertura, é bastante gente circulando nas ruas, comprando, consumindo ou, às vezes, pesquisando ou passeando. A população, nos ajudando seguindo essas regras, o comércio tem uma tendência de se movimentar bem melhor. O lojista, além da preocupação do custo que já é normal do seu cotidiano de administração, do seu ponto comercial, seja uma equipe grande ou pequena, ele precisa estar preocupado com que tudo funciona na parte contábil, na parte de Recursos Humanos, o lojista agora tem uma preocupação extra com essa função extra para ele e para os demais, para fiscalizar o cumprimento das novas normas.

Em algum outro momento da história, o comércio local passou tanto tempo fechado?

Não. É algo que eu nunca tinha visto no Alecrim: o comércio fechado dessa forma. O comércio do Alecrim só fecha durante o Carnaval, Ano Novo e alguns feriados. E mesmo nesses feriados, a gente tenta viabilizar acordos com os Sindicatos para que o comércio funcione quando os feriados são numa quinta ou sexta-feira. Só, normalmente, quando é um feriado santo, é que o comércio não funciona, somente um depósito ou lojas de bebidas que funcionam nesse período. Essa pandemia e o fechamento do comércio são coisas incomuns, que nós nunca presenciamos antes.

É possível calcular o valor aproximado do prejuízo acumulado pelos lojistas do Bairro do Alecrim desde que a pandemia foi decretada?

Nós temos, mais ou menos, um prejuízo na ordem dos R\$ 100 milhões. Esse valor ainda é baixo.

Como será possível resgatar esse valor? Quanto será necessário para que o Comércio recupere essa perda tão significativa?

Reaver essa quantia irá demorar alguns anos. Mas, percebemos, que alguns segmentos dentro do Alecrim quanto fora, não tiveram prejuízo. Tiveram acréscimo nas vendas, tiveram ganhos. Mesmo que fosse um volume pequeno, algumas empresas não tiveram prejuízo nesse período. E as que tiveram, elas estão tentando se reinventar quanto à fidelização de clientes, oferta de produtos em relação aos valores, fazendo promoções para que o estoque que estava guardado possa ser vendido respeitando os prazos de validade ou a durabilidade do produto. Nós temos percebido e conversado com alguns empresários que tinham pontos maiores e lojas maiores, que buscaram a redução disso. Eles se adaptaram a esse momento. A maioria das lojas do Alecrim não fechou, mas se adaptou. Os empresários conseguiram fazer com que elas funcionassem com serviços de entrega, pedidos via redes sociais, e também passando a aprimorar a venda através dos aplicativos da melhor forma possível. Se em qualquer outro período vier a acontecer algo parecido com a pandemia do coronavírus, o comércio não deverá sofrer da mesma forma. A recuperação é lenta, de forma gradativa. São muitos fatores que o empresário precisa prestar atenção. Os contratos que estavam suspensos, por exemplo, estão sendo retomados agora. É preciso fazer treinamento com o pessoal, colocar o maquinário que estava parado para funcionar, fazer manutenção na loja que permaneceu muito tempo fechada, entre outros. São inúmeros detalhes que irão fazer a diferença no momento de recuperação das

vendas. O comércio precisa estar bem estruturado para receber os clientes nesse 'novo normal'. O prejuízo está tentando ser vencido com a adaptação dos empresários.

Em relação ao crédito, o acesso foi fácil?

Esse é outro problema. Os lojistas estão tendo dificuldades em acessar financiamento ou recurso do governo federal ou estadual para conseguir se manter. A recuperação está ocorrendo a partir de agora pois as lojas começaram a vender mais.

Ocorreram muitas demissões no Alecrim?

Demissões, não. Ocorreram muitas suspensões de contrato e algumas pessoas que fazem parte do grupo de risco tiraram um período de licença. Não temos registros da ocorrência de grandes demissões. A gente conversa diariamente com os empresários e o que mais se falou foi nessa questão da suspensão dos contratos, que já estão sendo retomados, mas atentos, claro, às questões sanitárias. Trabalhadores em grupos de risco e os que preferiram ficar em casa ou mudar de ramo, foram atendidas.

Há um diálogo com os governos no sentido de ajuda ao empresariado do Alecrim?

Sim, nós criamos um canal de comunicação com o Governo do Estado através do setor produtivo (AEBA, Fecomércio RN, Associação Viva o Centro, CDL Natal, Fiern, CDL Jovem) e abrimos um diálogo com a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte para que a gente pudesse ter um assessoramento quanto ao crédito e também agilizar, junto ao governo federal, alguma liberação de crédito para cá. Também buscamos falar com os bancos, com o Banco do Nordeste, que apresenta melhores taxas de **juros** para capital de giro, mas

também com outros bancos como o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal no sentido de facilitar a comunicação deles com os empresários e lojistas para melhorar o acesso ao crédito e segurar a situação.

Quais são suas expectativas para o resto deste ano em relação às vendas?

O ano de 2020 praticamente acabou. A gente espera, para esses últimos quatro meses, o melhor em vendas para tentar cobrir, da melhor forma possível, os prejuízos. Se enfrenta uma nova dificuldade em relação aos fornecedores e fabricantes, que algumas empresas e lojistas estão necessitando comprar determinados produtos e não estão conseguindo suprir a demanda de pedidos. Isso dificulta, um pouco, na questão da gestão dos estoques. Alguns estão demorando meses e muitas fábricas não estão dando previsão de quando atenderão os pedidos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SENAC RN INICIA RETORNO GRADUAL DAS AULAS PRESENCIAIS NAS UNIDADES DE NATAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

De acordo com o Decreto da Prefeitura Municipal de Natal Nº 12.014, de 30 de julho de 2020, que autoriza o retorno das aulas presenciais em escolas de treinamentos, cursos

profissionalizantes e de reciclagem profissional e seguindo todas as recomendações de segurança sanitária definidas pela Organização Mundial de Saúde, o **Senac** RN inicia, a partir da próxima segunda-feira (10), o retorno gradual das aulas presenciais.

Retornam presencialmente, neste primeiro momento, as seguintes turmas que estavam anteriormente em andamento e foram paralisadas em virtude da Pandemia:

No dia 10 de agosto:

Turma 26/2020/14 - Design de Sobancelhas - **Senac** Zona Norte

Turma 23/2019/14 - Técnico em Enfermagem - **Senac** Zona Norte

Turma 94/2019/13 - Cozinheiro - **Senac Barreira Roxa**

Turma 193/2020/11 - Photoshop - **Senac** Alecrim

No dia 11 de agosto:

Turma 25/2020/13 - Comida de Boteco - **Senac Barreira Roxa**

As demais turmas da capital potiguar retornarão as atividades presenciais gradualmente. Todos os alunos serão contatados previamente pelo **Senac**, bem como a lista de turmas será divulgada nos canais oficiais da instituição. Nas unidades do **Senac** instaladas no interior do RN, o retorno das atividades presenciais ocorrerá de

acordo com a liberação pelos órgãos competentes.

Para atender a todos os critérios exigidos, garantindo segurança e bem estar para alunos e colaboradores, o **Senac** RN executou um amplo processo de adequações. Todos os colaboradores passaram por treinamento sobre protocolos de segurança, com revisão de estruturas de atendimento, salas de aula , além da criação de um rigorosos protocolos internos de biossegurança, aprovados pela Vigilância Sanitária.

Confira:

PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA

SENAC

Assista o vídeo e confira como estão nossas unidades após todas as adequações:
RETOMADA SEGURA **SENAC** RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - **SENAC** RN, FECOMÉRCIO-RN - **BARREIRA ROXA**